NOVELLAE OLIVARUM

ANO XIV NÚMERO 136 NOVEMBRO 1956

«REALIDADES DO SAGRADO» — Albino Cleto 161

PERSPECTIVA TEOLÓGICA DA ACÇÃO CATÓLICA — H. Veríssimo Franco 166

UNIVERSIDADE CATÓLICA — João Rodrigues 174

EM ASSIS — O 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA 184

O NOVO TESTAMENTO (Nova edição) — A. G. Neves 189

SALÃO PAROQUIAL — J. A. S. 191

SINGELAS TROVAS — A. Leitão 196



TECIDOS

Rioplex

100% CUPRAMA

BAYER

PEÇA UMA AMOSTRA DO TOM PRETO PRÓPRIO PARA O CLERO, E VERIFIQUE PESSOALMENTE A RESISTÊNCIA DO TECIDO E A SOLIDEZ ABSOLUTA DO TINTO

ALBAGRAFICA

Tipografia ◆ Encadernação

António da Silva Moreira

Rua de Arroios, 21-E
Telef 5 1689
LISBOA

NOVELLAE OLIVARUM

Director: *Alberto Neto Simões Dias* Redactores: *José Poças Ribeiro e Cláudio Renato Marques Teixeira* Administradores: *Albino Mamede Cleto e Avelino Barata Pinto*
Proprietário e Editor: *Ireneu Marques Clemente*

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS
COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

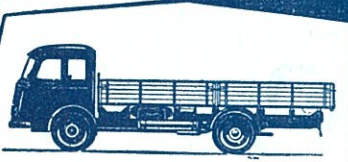
Composição e impressão na Gráfica de Gouveia Ld.ª — Gouveia — Telef. 109

MERCEDES-BENZ

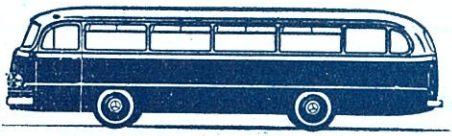
AUTOMÓVEIS
com motor a gasolina
e diesel



CAMIÕES DIESEL
para todas as cargas



AUTOCARROS
DIESEL
para 33/35 e 41/43
lugares





UNIMOG
tractor para todo o terreno, para fins agrícolas e industriais



MOTORES MARÍTIMOS
E INDUSTRIAIS para
todos os fins e aplicações



Representantes

C. SANTOS L.DA

LISBOA PORTO

DEFENDA A SUA VISTA

USANDO LENTES E ARMAÇÕES DE 1.ª QUALIDADE

Casa especializada na execução de receitas médicas



Óculos, Estojos
Lupas, Binóculos
Termómetros
Barómetros, etc.

Optical, L.da

Rua Eugénio dos Santos, 30-2.º LISBOA—Telefone 367762

Concedemos os maiores descontos

FUNDADA EM 1756

"Cenáculo"

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

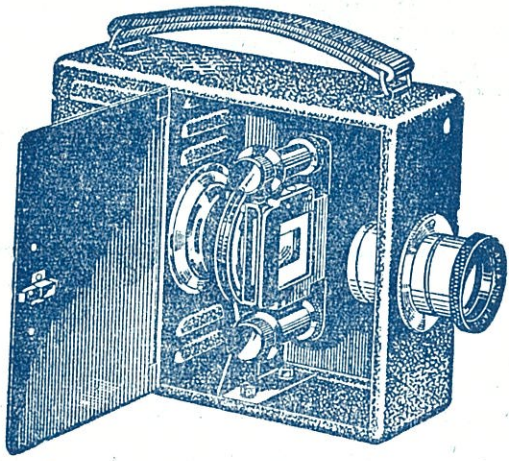
PORTO

Rua das Flores, 69

LISBOA

Praça dos Restauradores, 14

Ex.mos Párocos / Catequistas / Educadores



PARA O ENSINO ADOPTAI

CAMERAFIX

O projector que se impôs pela sua

LUMINOSIDADE
SIMPLICIDADE
ECONOMIA

Funciona directamente em 220, 110 e 6 volts.

Filmes fixos portugueses

RELIGIOSOS

Santa Maria Goretti
As obras de misericórdia
Os 3 videntes de Fátima
Santo António de Lisboa
São João de Deus
O filho pródigo (parábola)
O bom Samaritano (parábola)
Os Sacramentos (colorido)

RECREATIVOS

O trinco da porta
Pedrinho, cabeça no ar
A historia da Carochinha
O lobo e a cabaça
Cavalo fidalgo e burro invej.
João pastor e o cão leal
A cigarra e a formiga
A garça e a raposa
O leão e o mosquito

ALPHA ET OMEGA

Rua Eugénio dos Santos, 76-2.º LISBOA

Lanifícios pretos, meias de algodão, lã e nylon



Concedem-se facilidades de pagamento sem aumento de preço

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.ª, L.DA

A casa mais antiga do País no seu género - **Fundada em 1832** - *Rua da Vitória, 82-88—Rua do Ouro, 166 170*

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára-raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incéndios, Telefone. Todos os trabalhos em latão e ferro forjado

Tudo quanto o espírito português produziu de melhor nos domínios

DO **Pensar**
Imaginar
Sentir

Apresenta

"Clássicos Sá da Costa,,

Editora
Livraria Sá da Costa **Lisboa**
Rua Garrett, 100

Edições dos melhores autores portugueses e alguns estrangeiros, organizadas, anotadas e prefaciadas pelos melhores especialistas contemporâneos.

Estão publicadas obras de:

Sá de Miranda, Francisco M. de Melo, João de Barros, Tomaz A. Gonzaga, Descartes, Diogo do Couto, Frei Luís de Sousa, Homero, Fr. António das Chagas, M.me de Sévigné, António Ferreira, Heitor Pinto, Rodrigues Lobo, Marquesa de Alorna, Filinto Elísio, La Bruyère, Afonso de Albuquerque, Cavaleiro de Oliveira, Gil Vicente, Bocage, Amador Arrais, Cunha Brochado, Paiva de Andrade, Diogo Bernardes, Luis de Camões, Bernardim Ribeiro, P.e António Vieira, Luís A. Verney, Almeida Garrett, Dante, Francisco de Holanda e Demóstenes.

Peça o plano da Colecção

«REALIDADES DO SAGRADO»

Têm-se realizado ùltimamente em Lisboa algumas exposições de Arte Sacra, nos seus diversos sectores. Embora de proporções reduzidas, deram-nos azo a um primeiro contacto com as mais sérias tendências actuais, proporcionando-nos uma boa oportunidade para troca de ideias. Foi nesta perspectiva que resolvemos dedicar as presentes páginas da nossa revista a algumas breves considerações.

Não vamos porém, em rigor, falar de arte sacra. Damos com humildade um passo além para nos ocuparmos resumidamente da realidade que a vivifica: O Sagrado.

Perguntas várias poderiam servir de abertura, nomeadamente sobre a natureza desta realidade, o seu alcance na experiência interior do homem, a sua vivência. Para começar afirmaremos que, mesmo sem procurar defini-lo, o homem de hoje busca o Sagrado como um sedento. É que ao homem de nossos dias mais que «saber» interessa «viver»; ele saturou-se de noções mortas; verificou existirem na sua vida valores transcendentes custosos de definir, avessos à análise, mas reais. (Entre eles está o Sagrado; todavia, o homem sedento de verdade mas sem fé desconhece-o por inteiro). Do que ele está bem ciente é de que a sua vida é um mistério; mais, que para além da matéria pode haver e há nas coisas que o cercam realidades misteriosas que ele crê ordenadas a si mesmo. Sem o advertir o homem está a adivinhar, a tatear o Sagrado. A religião, falando de Criador e criaturas, o cristianismo com toda a profundidade da Incarnação e Redenção, eis quem poderá, se não explicar, ao menos ensinar sempre o porquê, o amor e a saciedade dos mistérios e aspirações da vida humana. Não nos demoramos com os motivos pelos quais a lição nem sempre é dada ou aprendida. Se o coração se abre e a semente cai, o homem, que acredita, tem agora necessidade de ritos para viver; procura neles o contacto do seu ser com o divino, a vivência do sagrado. Perguntemos: Como haverá de ser esse contacto?

Por necessidade intrínseca do próprio homem (que é alma e também corpo) terá de ser condicionado pelas coisas reais e corpóreas. Para longe o exclusivamente abstracto e distante. Atitudes visíveis sim, ainda que sacramentalmente simbólicas, mas que correspondam à vida. Pelo visível ao invisível. Ora está aqui o grande problema: será isso possível? Que o homem interprete por atitudes externas, por objectos materiais as aspirações mais profundas da alma? Poderá ele condicionar-se um ambiente sensível que lhe possa sugerir e interpretar as suas relações com o divino? E poderá o corpóreo ser linguagem e veículo desse divino?

Deixámos acima uma primeira resposta: as exigências da natureza humana; o homem, se é espírito, é também corpo, e a nossa alma não pode andar no mundo desencarnada.

Argumentam o mesmo velhos monumentos de outros que já viveram como nós, as antas, os cruzeiros, os velhos templos românicos; de tal modo ali há elevação reli-

giosa que por eles se nos torna fácil medir o grau de sagrado que encheu a sua vida. É inegável pois que os objectos que nos rodeiam possam comportar o sagrado.

Mais que tudo porém, nos diz a liturgia cristã: «Abençoai Senhor estas águas puras, para que além da sua propriedade natural de lavar os corpos, tenham ainda o poder de purificar as almas». E para falar de mortificação, de vitória ou de luz, toma cinza, ramos de palmeira, um círio pascal. Objectos verdadeiramente sagrados, eis a realidade.

Porém, que percebe o homem dessa realidade? Na Igreja, deveria ele encontrar linguagem para a alma, expressões e atitudes que se nem sempre entendidas pela inteligência sempre fossem percebidas pelo coração. Infelizmente, não é assim. Que dizer em verdade da maioria dos nossos templos? Temos sede de sagrado, já o afirmámos; e porque será que neles o não bebemos? As nossas igrejas continuam sendo a casa de Deus. Nela se realiza o acto mais sagrado de toda a existência humana. Os sacramentos continuam sim produzindo a vida. A realidade sobrenatural permanece, pela misericórdia de Deus. Mas nós fizemos ali um divórcio: está a alma; e o corpo? Porque quanto existia de visìvelmente sagrado no mistério, tudo isso roubámos, a tudo isso estamos cegos. A nossa inconsciência perante o sagrado que nos passa pelas mãos... perante a realidade que nos rodeia... perante o que nós somos, nós cristãos... nós sacerdotes! (1)

E no entanto temos conosco o que àvidamente procuram os sequiosos. Mas se nos próprios escondemos a luz debaixo do alqueire e nem ao menos lhe damos pela falta...

O homem pede Silêncio; mas ao entrar na igreja de Deus, deparará com uma desordem visual que lhe rouba toda a paz interior — a presença ruidosa de todos aqueles objectos que estão e não deviam estar, que estão onde não deviam estar, que são o que não deviam ser: imagens sem conta, decorações frívolas, placas de gratidão, caixas e velas, tantos outros que distraem e desorientam.

O homem deseja Pureza; mas no templo verá passar a segundo plano os grandes valores, enquanto cada fiel, cada confraria, vai ali projectando as suas preferências e vaidades. Claudel escreveu: «Para quem se atreve a contemplá-las, as igrejas modernas (2) têm o interesse e o patético de um testemunho carregado. A sua fealdade revela ao mundo todos os nossos defeitos: fraqueza, indigência, tibieza de fé e de sentimento, secura do coração, enjoo do sobrenatural, implantação do convencionalismo e das fórmulas, exagero das práticas individuais e desordenadas, luxo mundano, avareza, jactância».

Não neguemos; cai sobre nós orientadores grande parte deste protesto. Leigos há que, admirados da nossa falta de formação, no-lo dizem francamente: confessava-nos há dias um aniversário do nosso país que o impressionava profundamente o à vontade, por vezes a superficialidade e inconsciência com que se pregava em certas igrejas. Outro, arquitecto recentemente convertido, confessava a sua surpresa ao

---

(1) Li algures: Que poderá ver em nós o mundo muitas vezes, senão um técnico social e um funcionário de uns tantos ritos sem alma?

(2) Referia-se às igrejas construídas no final do séc. XIX.

encontrar, nos sacerdotes que lhe solicitavam o seu trabalho, atitude marcadamente pragmática perante os problemas de construção de igreja, manifestando-se na preferência apressadamente dada às soluções práticas e fáceis em detrimento da procura séria dos valores estéticos e espirituais. Nisto, como principalmente na cerimónia litúrgica, continuamos irreverentes perante o que é sagrado.

Que lições não haveriam de tirar muitos católicos se lhes fosse dado observar a densidade religiosa das reuniões para a oração numa mesquita do Oriente!

Até aqui verificação. Para se lhe medir a gravidade é necessário meditar. Só se pesa o pecado quando se considera a grandeza de Deus. Também o padre, só na contemplação amorosa dos mistérios do culto poderá compreender a grave falta que é a sua banalização, poderá viver e irradiar a sublimidade que eles comportam. É preciso meditar no sagrado. E que é o sagrado?

Ainda o não dissemos. Vimo-lo na experiência interior do homem, e afirmámo-lo difícil de difinir. Mas poderemos estudar a sua génese.

Sabemos que está numa relação para com o Divino. Sem Deus, impossível compreendê-lo. Diremos que, num sentido restrito, só em Deus ele existe, com Deus se identifica. Será «o carácter próprio de Deus, considerado precisamente como Deus». E tudo o mais sê-lo-á na medida em que a Santíssima Trindade ali tiver agido e deixado um sinal. Assim «todas as coisas são sagradas para quem souber observá-las no mistério profundo da sua relação com Deus». (3) Nasce aqui o respeito e o temor que, em momentos dramáticos da existência, invadem todo o homem. Nasce aqui a religião dos primitivos, toda a religião natural.

Mas vai infinitamente mais longe o cristianismo. Direi melhor: foi Deus mais longe, quando pela Incarnação tomou para Si, do mundo criado, um corpo humano. Desde então, que houve ou poderá haver de mais sagrado, na esfera das realidades terrestres, que o *Corpo Divino de Jesus Cristo?* Uma nova ordem de mistérios se instituiu na terra. A natureza sentiu-se, em Cristo, elevada à esfera da divindade. O *homem,* erguido pela graça à nobreza misteriosa de filho de Deus, descobriu-se sagrado sobrenaturalmente. E quando aprouve a Cristo instituir na terra a sua Igreja, depositou *numa família visível* o munus sagrado da salvação. Sabendo porém que o homem necessita de manifestações visíveis para se dar conta do invisível, sagrou, elevou à ordem do sagrado, «consagrou» *elementos da natureza,* o pão, o vinho, o azeite, a água, fazendo-os sinais não meramente simbólicos mas realmente portadores dos mistérios da vida. Eis a verdade que, adivinhada pelos olhos, mais prontamente descerá ao coração. E como os sacramentos, também os sacramentais, todo o culto litúrgico nos seus gestos, palavras, adornos e alfaias, constituem realidades que devem, pela transfiguração exterior, sugerir o mistério que operam.

Um tal contacto do humano com o divino exigirá, em tudo o que é sagrado, notas específicas que proporcionem ao homem um diálogo de valores espirituais.

No *sentido comunitário* está a primeira exigência de toda a obra destinada ao

---

(3) — Zodiaque, (Revista de Arte Sacra,) n.º 17 — «Le Sacré dans la création», pág. 16. Nas linhas mais próximas, sigo de perto este artigo.

sagrado. Opõe-se-lhe por conseguinte tudo o que na função ou ainda no simples objecto denunciar particularismo. Tudo o que é litúrgico é eclesial, é orientado para a reunião da família. Por esta não se entende mera reunião colectiva, à semelhança de qualquer assembleia geral de clube ou sociedade. Nesta assembleia cristã, nesta esfera de realidades, existe a acção misteriosa mas concreta de Deus que preside, une, actua, eleva. Estamos tocando já outro ponto fundamental: *o carácter distante* e até estranho que nos apresenta todo o sagrado; leva-nos ele à consciência da nossa presença num mundo superior de valores do espírito. Quem o não sente ao olhar por exemplo as figuras enigmáticas dos capitéis românicos? Esta presença do transcendente não é mais que o clima de oração que falta às nossa igrejas.

Diga-se o mesmo do *carácter simbólico* de que o sagrado frequentemente se reveste — linguagem que o medieval sabia utilizar, traduzindo nela profundas realidades cristãs.

Um outro aspecto do sagrado é o *apelo à reverência.* Se os tempos de Oza, morto ao tocar na Arca, já terminaram, não foi por diminuição dos valores sagrados (que é a Arca Santa em presença do Mistério Eucarístico!), mas sim porque Deus quis substituir em nós o terror humano pelo dom divino do filial temor de Deus. Não nos sentimos pequenos ao admirar as figuras apocalípticas de um tímpano gótico? Que diferença entre ele e a familiaridade vazia de um altar consagrado a qualquer santa de devoção popular.

É inegável contudo ser o amor a dominante dos mistérios sagrados do Cristianismo. Ora aqui também quanto teria de aprender a Arte Sacra para que nos pudesse ensinar (ou nós, para que soubéssemos exigir). O amor que nos inspiram muitos dos nossos templos parece não sofrer grande distinção do amor medíocre com que se satisfaz o mundo. Que abismo entre o que nos diz ao coração uma Virgem do sec. XV e uma outra produto de santeiros dos nossos dias! Queríamos um amor viril, real e interior que resplandecesse do equilíbrio e vitalidade das formas.

Formemos o espírito para que ao termos de adquirir algum novo objecto para o culto sagrado, ao modificarmos o já existente, saibamos ainda *evitar a opulência:* não se trata da singelesa dos materiais, mas de uma abstenção de todo o ornamento despropositado que vá cortar a linguagem da austeridade. Não emitemos estilos e formas já passadas; aproveitemos sim *o espírito da tradição;* nele havemos de beber as maiores lições sobre o sagrado.

E acima de tudo procuremos a *verdade.* Meditemo-la, demo-nos conta da função que desempenha no templo o mais pequeno objecto, para que no agir façamos por que seja cada coisa aquilo que deve ser, e o povo cristão possa acreditar. Pois como lhe poderei dizer de um altar feito de madeira, vidros, com muitas rendas, flores de papel e o mais, que ele é símbolo de Cristo? Verdade no emprego de material do objecto sagrado; pede-o a sua dignidade e Aquele a quem se destina; pede-o a nossa natureza que só com verdade se convence. Lmbremos que a um povo sem grandes recursos, a caminhar em pleno deserto, exigiu o Senhor Deus o ouro, a prata, o jacinto, a púrpura, o linho, para o seu tabernáculo; que fossem revestidas de ouro as próprias tábuas.

Mas tudo isto requer de nós longa preparação, exige que se meditem os mistérios litúrgicos. Só assim evitaremos que o nosso contacto com o mundo do sagrado

venha a cair numa familiaridade rotineira, inconsciente. Formemo-nos a nós mesmos, acreditando que esta é da mais santificadora mística de vida espiritual. Quando nós vivermos o sagrado, só então aprenderão os outros a respeitá-lo.

Importa pois renovar o ambiente e a vida das nossas igrejas. Alguns, mais não vêem em tudo isto que «ideias avançadas». Felizmente são muitos os que lutam já por esta mística. Todavia, cometem por vezes erros tais, que chegam a desacreditar a boa cruzada. Custava-nos terminar sem apontar alguns:

Não sendo dos mais lamentáveis pelos seus efeitos, é contudo falseada a acção de muitos padres que, na «conversão» da sua igreja, apenas são levados por exigências estéticas, pelo aspecto artístico (o que já é louvável!). O seu valor sagrado, o contributo para o mistério cristão passa despercebido. Ora «é preciso que nos aproximemos da obra de arte que é sagrada não para a contemplarmos, mas para rezarmos». O padre não é um conservador de museu; o padre é a alma do templo de Deus. Quer dizer, a remodulação da igreja e a renovação litúrgica da paróquia são fundamentalmente inseparáveis.

Um segundo pecado, este mais corrente: sustentam muitos ser indispensável que o povo sinta e compreenda, tendo apenas em mente um entendimento fácil e rápido, sem elevação alguma; rebaixam a arte à pobreza da compreensão popular, em vez de levar o povo a descobrir a verdadeira arte. Sempre a velha moléstia de nos deixarmos arrastar, quando urge remar com decisão e prudência, ensinando e formando. Que não seja norma a deformação popular, mas a verdade, a orientação sóbria de cada objecto à função a que se destina.

E tantas outras falsas reformas! Erram sobretudo os que se julgam mestres. Se o padre é zeloso, cuida da sua igreja, mas se for humilde solicitará, para esse trabalho sagrado, a ajuda de opiniões bem formadas. Fosse este o sentir geral e evitar-se-iam arrogâncias desastrosas de alguns que, fazendo do templo propriedade particular, destroiem e modificam sem critério seguro, não advertindo ao menos que a igreja em que tocam é o laço sagrado que une as de hoje às gerações cristãs dos séculos que vão passando; evitar-se-iam que despesas fabulosas se perdessem no que tem pouco valor; ou o oposto: que na dificuldade de meios, em lugar de se tocar religiosamente o coração do povo, se vá logo aquirir o barato mas vazio.

E outros velhos pecados. Prouvera a Deus que eles fossem desaparecendo. E tê-lo-emos conseguido quando todos acreditarem que é este o *primeiro* método de apostolado da Igreja Católica.

ALBINO CLETO

PERSPECTIVA TEOLÓGICA DA ACÇÃO CATÓLICA

Conceito teológico de leigo

Prosseguindo na linha do pensamento dos Sumos Pontífices, Cardijn, fundador da J. O. C., diz ao falar da A. C.: «conquista da massa leiga, recristianização da vida leiga, reconquista do meio leigo». A Acção Católica é de facto, essencialmente um apostolado de leigos; o leigo é portanto a sua razão de ser. Assim, para quem pretende entrar na autêntica estrutura da A. C. ele é o primeiro termo cujo alcance é necessário precisar; e com mais razão ainda, visto que muitas vezes é empregado num sentido diferente daquele que se encontra na sua origem autênticamente cristã.

Importa, já se vê, que nos coloquemos no ponto de vista teológico. Só dentro da Igreja faz sentido falar-se de «leigo», pois em sentido teológico ele é um membro da Comunidade redimida pela fé e pelo baptismo.

Sentido religioso do termo

Ao contrário do Termo «clero», que se encontra abundantes vezes na S. Escritura, no A. T. tendo a designação de «sorte» «porção», «parte que coube em sorte», e no N. T., g., em I Pet. 5-3 onde significa a parte da comunidade que coube a cada um dos presbíteros, o termo leigo (do latim-laicus; do grego-laikós), não se encontra em parte alguma da Escritura. O termo frequentemente usado nos Livros Sagrados é «laós» = povo, designando no grego bíblico do A. T., o «povo de Deus», «povo eleito», «nação santa», em oposição aos gentios (os éthnê) e distinto das outras nações (os goim). Este termo reveste-se dum sentido nìtidamente religioso sobretudo na linguagem dos profetas. A palavra «leigo», derivada de «laós», liga-se portanto ao termo que em linguagem judaica, apropriada depois pelos cristãos, queria significar o «povo consagrado» em oposição dos povos profanos.

No N. T. «laós», indica simplesmente a multidão; contudo, os Apóstolos e mormente S. Paulo, trazem para a sua pregação o sentido original e assim se verifica que, no I.º Concílio, (Act., 15-14) S. Tiago diz: «Agradou a Deus escolher o seu «laós» de entre os «ethnê». Em S. Marcos a expressão «Reino de Deus», a de «Corpo Místico» em S. Paulo e ainda os títulos de «raça escolhida», «Sacerdócio real», «nação santa», e outros que (em I Pet. 2/9-10) o Príncipe dos Apóstolos dá aos fiéis, mostram como todos os tipos messiânicos de Israel do A. T. encontram na Nova Economia plena realização. Estes epítetos com o sentido de pertença ao «povo de Deus» correm depois no seio dos cistãos que se conhecem mùtuamente por — santos, eleitos, discípulos, irmãos e sobretudo cristãos — participantes da unção de Cristo.

O conceito de consagrado que o termo originalmente implica esteve presente na idade post-apostólica e nos literatos cristãos dos primeiros quatro séculos. Em S. Clemente de Roma na carta aos coríntios 40/5, aparece pela primeira vez o leigo ao lado do pontífice, sacerdotes e levitas. Em S. Justino (no Diálogo de Trifão), «laós» significa o «povo da Nova Aliança» e diz ainda o mesmo santo que no culto eucarístico, o presidente assume a direcção da oração à qual o «laós» responde — Amen, indicando-nos já a parte activa dos fiéis nos actos do culto.

Nas controvérsias iniciadas com Tertuliano, operou-se uma mudança de sentido. Leigo — passou a ter a designação de subordinado e administrado. Na verdade, no fim do séc. III, abundam os testemunhos de uma distinção entre clérigos e leigos, que se não encontra no N. T. Aparece já em S. Clemente de Roma e é confirmada mais tarde no Oriente com Clemente de Alexandria e Diógenes e no Ocidente com Tertuliano (antes de montanista) e S. Cipriano. É mesmo com S. Cipriano que se vão desenvolvendo as linhas de uma eclesiologia pròpriamente dita, isto é, de uma teoria que siga não só Cristo e a relação da graça e salvação que os fiéis têm para com Ele, mas também a instituição eclesial por Ele fundada, como ordem nova de meios para a salvação. Também a partir do séc. III, quando o monaquismo faz o seu aparecimento encontramos na Igreja uma terceira categoria que será a dos monges ou religiosos. Aliás existiam possìvelmente desde os tempos apostólicos.

Estas sucintas referências a um termo designativo da função dos homens em relação ao serviço do altar, ou com o grau de pertença a Deus, podem aduzir-se como refutação da tese racionalista de Harnack segundo a qual a comunidade cristã dos primeiros tempos era indiferenciada, vivendo sob um regime carismático.

Mas já desde então a Igreja, não só possui a sua estrutura essencial que o Senhor Lhe conferiu ao fundá-La, mas começa a atingir o seu tipo permanente.

Se a título essencial a Igreja comporta a distinção entre clérigos e leigos, o seu tipo permanente comportará a tríplice distinção: clérigos, monges e leigos.

Esta distinção operada primeiro na realidade, teve depois a sua existência canónica.

Sentido canónico do termo

O Direito Canónico é de facto uma das fontes onde se fundamentam as considerações respeitantes à posição no leigo no seio da Igreja.

No entanto tomando como ponto de referência a tríplice distinção, ele dá-nos de leigo duas definições parciais e negativas, definindo-o por oposição a clérigo e a religioso. O Cân. 107 diz que «por instituição divina há na Igreja clérigos distintos dos leigos».

Ora clérigo é todo aquele que ao menos pela prima tonsura foi consagrado aos ministérios divinos, embora nem todo o clérigo seja de instituição divina. E o cân. 948 afirma que a ordem instituída por Cristo distingue os clérigos dos leigos para a direcção dos fiéis e ministério do culto. Segundo o cân. 682 os leigos têm o direito de receber dos clérigos, consoante as normas da disciplina eclesiástica, os bens espi-

rituais, sobretudo os socorros indispensáveis para a salvação. Ao leigo apenas é atribuído o carácter de receptividade. Na organização eclesiástica não tem poderes nem funções. Estas pertencem ao clero; o leigo será seu subordinado. Na definição de leigo por oposição a monge e religioso considera-se o estado de vida e a forma ou meios de santificação aprovados pela Igreja. A posição dos leigos será em si menos perfeita pelo facto de se dedicarem às coisas temporais. Contudo os clérigos não constituem uma classe adequadamente distinta da dos clérigos ou leigos, pois, tanto estes como aqueles podem ser religiosos. Por isto mesmo na alta Idade Média se chama «leigos» aos religiosos professos que nos mosteiros se encarregavam dos trabalhos manuais enquanto os religiosos pròpriamente ditos se dedicavam ao ofício do coro. A condição era sagrada, mas o trabalho profano.

Ao falar-se de apostolado leigo na A. C., o termo — leigo — toma-se no sentido de não-clérigo e não-religioso. Os leigos, membros do povo de Deus, integrados na sociedade visível da Igreja pelo sacramento do baptismo estão relacionados com as realidades celestes tal como os clérigos e monges; estes, no entanto em razão do seu estado de vida, de maneira directa portanto. Uns e outros têm capacidade de tomar parte na «herança dos Santos na luz», como diz S. Paulo (I Col. 12), mas o modo como uns e outros estão relacionados com essas realidades celestes é diferente. A condição do leigo, não é a de votar-se exclusivamente às coisas de Deus e herdeiros da glória. Os leigos são chamados a fazer a obra de Deus no mundo. Não quer isto dizer, que tenham no mundo, a santidade da vida religiosa ou que façam no mundo o mesmo que religiosos fazem no claustro. Na presente economia de salvação, tudo foi disposto segundo a vontade de Deus e esta será que os leigos como cristãos façam no mundo a obra de Deus, integrados na obra do mundo e pela obra do mundo. E estando integrados na Igreja, o plano de Deus é que os leigos a realizem em plenitude, dilatando no mundo o Reino de Deus.

SENTIDO REAL — A situação concreta é contudo, mais importante que a limitada definição jurídica. Na verdade, da tríplice distinção se teve de chegar à distinção bipartida de: homens do culto do «século». Já o decreto de Graciano, num cânon atribuído a S. Jerónimo diz: «existem dois géneros de cristãos... e coloca no primeiro género, fundindo clérigos e monges, respectivamente «os que se votaram ao culto de Deus» e «os que fazem a conversão dos seus costumes». O outro género é formado pelos leigos; «a estes é lícito, continua o cânon, possuir bens temporais mas sòmente para fazerem uso dele, pois nada há de mais miserável do que desprezar a Deus por amor das riquezas». O único matiz de Sagrado que lhe atribui está na permissão de «depor oblatas no altar».

Esta união resultou do reconhecimento de que o clérigo devia possuir o espírito e as virtudes do religioso, e ainda do facto de aparecerem regras monásticas essencialmente litúrgicas, sobretudo no ocidente, passando a maioria dos monges a ser clérigos.

Por isso pròpriamente falando, uma vez que o dualismo monge-clérigo tende a fundir-se, o leigo definir-se-á por oposição a homem votado directamente ao serviço de Deus— clérigo ou religioso. A conclusão justa será a mesma do Congresso do Apostolado dos leigos: «os leigos estão inseridos na vida do mundo; a sua responsabilidade está na fidelidade «à sua vocação de povo de Deus». E o povo de Deus» é a Igreja de Cristo. Leigo é assim sinónimo de Cristão; e sendo pelo baptismo que ele se torna

cristão é também por este sacramento que ingressa na Igreja, ficando com todos os direitos e obrigações de pessoa cristã como diz o cân. 87. Pelo baptismo o leigo é já, genèricamente falando, um apóstolo, pois o carácter recebido com a graça é a consagração para funções apostólicas na Igreja.

Laicado, podemos defini-lo agora, é o conjunto de fiéis que fazendo parte da comunidade eclesial, fazem no mundo a obra de Deus, trabalhando em união de pensamento e esforço com a Hierarquia, colaborando com ela na dilatação do Reino de Deus: Reino de Amor e de Graça, para a vida.

PARTICIPAÇÃO NO APOSTOLADO DA HIERARQUIA

A A. C. é essencialmente um apostolado de leigos, constituindo uma das formas características de colaboração dos leigos no Apostolado da Hierarquia. Ela surge como uma nova dimensão do apostolado da Igreja. E como a Igreja recebeu de Cristo a sua Missão Apstólica, verifica-se pois uma realização tríplice de um único apostolado: em Cristo, na Hierarquia e nos leigos.

Apostolado de Cristo

O apóstolo por excelência é Jesus Cristo porque enviado do Pai; e a missão pessoal realizada foi fazer ao homem a revelação concreta da própria vida da Trindade Santíssima, introduzindo-o que em Deus há de mais íntimo, tornando-o participante dessa mesma vida divina. Esta revelação culmina numa realidade sobrenatural incessante: Deus Pai que se comunica aos homens pela missão do Filho, consumada pelo Espírito Santo, e concretiza-se na acção salvífica de Deus que levou à Incarnação do Verbo. É sob um duplo aspecto que se nos apresenta a missão de Jesus Cristo: sacrificial e funcional, como indica o significado dos nomes do Filho de Deus. Pelo Sacrifício histórico do Calváro, renovado no espaço e no tempo, segundo o plano de Deus, Jesus (=Yahveh salva) consagrou-se autor da nossa salvação e recuperador da vida perdida em Adão; pela tríplice função sacerdotal, real e profética de que vinha investido, Cristo (=Ungido) tornou-se por sagração mística, Pontífice e Mediador entre o Pai e os Homens, Rei de um Reino que não é deste mundo e Profeta da Suma Verdade. O seu apostolado consistiu e consiste, na transmissão de uma verdade doutrinal que, simultâneamente é uma vida.

Antes de voltar para o Pai, Jesus Cristo constituiu a Igreja, fiel depositária da sua missão apostólica. A nova Economia de salvação revelada e estabelecida por Deus, realiza-se plenamente pela Igreja e n'Ela, como sendo nitidamente apostólica. É por conseguinte no plano da teologia geral da Igreja que se tem de colocar tudo o que se relacione com o apostolado no seio da mesma Igreja.

Apostolado hierárquico

São dois os aspectos essenciais considerados na Igreja. Ela é, antes de mais, o conjunto de meios determinados para a salvação que continuam e aplicam a mediação única de Cristo. A Igreja é assim o «sacramento de Cristo», a guarda fiel das verdades reveladas, de um modo particular os sacramentos e dos poderes orientados para o seu ministério específico. Considerada assim como instituição de salvação, a Igreja gera-nos e forma-nos para a vida da graça e tem sobre nós uma tríplice precedência: — é a realização no tempo, do plano eterno de Deus acerca dos homens; a sua fundação como esteio da nova economia foi a finalidade da Incarnação; Cristo tornou-A participante da dignidade sacerdotal, Real e Profética. É sob este aspecto que no ponto de vista sociólogo, a Igreja se distingue das sociedades humanas que não preexistem aos seus membros mas são formadas por eles. O segundo aspecto mostra-nos a Igreja como a «reunião dos fiéis», a assembleia daqueles que já integrados na ordem de salvação pelo baptismo formam pela unidade de fé, o «povo de Deus», que realiza a sua obra em conjunto: dar glória a Deus e esperar a salvação em Cristo presente na Sua Igreja. Como diz S. Cipriano é um «povo reunido, participante da Unidade das Três Pessoas». Os cristãos estão unidos entre si pelo laços provenientes do círculo ininterrupto dos dons espirituais. Os indivíduos na Igreja não são justapostos externamente, mas realizam-n'A como corpo orgânico, como sociedade verdadeira.

Por isso para atingir o fim e o bem de todos os membros, a Igreja adopta o sistema humano de organização social, hierarquizado portanto, onde há distinção jurídica entre os simples membros e a hierarquia.

Estes dois aspectos unificam-se, sem coincidirem. Não existe — Igreja — organismo, de graça, e Igreja — corpo social; não o visível mais o invisível, mas uma Igreja una, em que o corpo visível é simultâneamente sobrenatural. A Igreja é assim uma sociedade desigual, onde há governantes e governados, clérigos e leigos; orgânica, isto é, qualificada pelos poderes, ordenados à santificação, regência e ensino, derivados de Cristo; e hierárquica, pois os detentores dos poderes estão subordinados segundo uma hierarquia.

Se bem que os leigos não pertençam à Hierarquia, nem por isso permanecem inactivos no seio da comunidade cristã. A Hierarquia existe em função do corpo social da Igreja. Clero e fiéis concorrem para a edificação do mesmo edifício espiritual, cujo fundamento é o Vigário de Cristo, sucessor de Pedro no Primado. Os leigos, embora de um modo diferente do da Hierarquia, têm capacidade espiritual para o exercício de uma actividade pròpriamente apostólica e que tem fundamento sacramental. Tanto o apostolado laical como o hierárquico tendem para o mesmo fim último e para o mesmo objectivo: salvar os homem, servindo os homens. Apesar do apostolado dos leigos estar dependente da direcção hierárquica, todavia não é esta dependência que constitui primàriamente o direito dos leigos para um múnus específico. O apostolado dos leigos tem a sua justificação plena no facto da «pertença à Igreja».

Fundamento do apostolado laical

Situemo-nos pois, no plano sacramental fazendo apelo aos sacramento que situam

o cristão na sociedade sobrenatural: o Baptismo e a Confirmação. Os ritos sacramentais, são, na verdade, os elementos que fazem parte do dispositivo simultâneamente material e espiritual, posto ao serviço do dinamismo da graça que se torna fonte da actividade dos cristãos na Igreja. Cada um dos Sacramentos confere uma graça apropriada à sua finalidade. Mas estes dois sacramentos, além da graça própria de cada um, conferem (tal como o da Ordem) o carácter sacramental, que, segundo S. Tomás nos consagra e ordena, como uma potência espiritual, para as coisas que dizem respeito ao culto divino. Analisemos esquemàticamente os efeitos destes dois sacramentos. O baptìmo tem em nós um efeito duplo: dá-nos a graça santificante, tornando-nos filhos de Deus, participantes da natureza divina, e integra-nos na Igreja — comunidade de vida. Marca-nos ainda com o carácter que nos associa à missão apostólica de Cristo, outorgando-nos um papel a desempenhar no seio da comunidade. A graça, refere-nos a Jesus, Segunda Pessoa da S.S.ma Trindade e o carácter conformanos a Cristo-Sacerdote, Rei e Profeta. Os cristãos tendo recebido a fé e a faculdade de receber os outros sacramentos participam da actividade igualmente qualificada de Cristo.

Estes poderes de santificação, regência e ensino, existem na Hierarquia, mas também de certo modo em todo o «povo de Deus». É o carácter baptismal, mais do que a graça, por ser indelével, o verdadeiro fundamento do apostolado cristão. Por ele o cristão é associado à missão de Cristo enquanto Rei, podendo participar activamente na vida litúrgica da Igreja. Por ele o leigo é um apóstolo; e dele se exige como tal, a dilatação do Reino de que é cidadão, a afirmação da fé recebida, e pelo exemplo de uma vida segundo a mesma fé, a entrega da mensagem viva do Evangelho. Por ele o leigo é agregado ao Sacerdócio de Cristo e por isso imolar-se como «hóstia viva, santa, agradável a Deus», como diz S. Paulo (Rom. 12/1-2) e confirma Pio XI: «Todos os fiéis são sacerdotes em Cristo e Hóstia com Ele». Deve ainda participar no Santo Sacrifício como oferente e comungante: «Vós sois o sacerdócio santo, destinado a oferecer sacrifícios espirituais por Jesus Cristo» (I Pet. 2/5). No entanto a potência destes poderes, é ainda passiva e genérica. O cristão, escreve S. Tomás, é ainda um menor na vida espiritual.

É o Sacramento da Confirmação que vai orientar a potência baptismal em ordem a uma actividade social positiva. Ele imprime um novo carácter pelo qual o cristão passa a ser «soldado de Cristo», que aumenta o grau de participação da unção de Cristo e configura o cristão de um modo especial a Cristo-Profeta. O baptizado atinge agora a «maioridade espiritual», e passa a ter em relação à sua fé, uma atitude — positiva, de a professar oficialmente; e ao mesmo tempo negativa — de a defender dos inimigos.

Agora o leigo poderá fazer Acção Católica, pois no dizer de Pio XII, a Confirmação é o sacramento da Acção Católica. Integrados na Igreja plenamente, os leigos já não são «profanos», nem passivos. É também Pio XII quem opõe o termo dinâmico de povo, como realidade orgânica activa, ao de «massa» informe e inerte. Os leigos deverão por isso ser chamados a participar — colaborando — na vida pròpriamente apostólica da Igreja, recebendo da Hierarquia o mandato específico que constitui a vocação para a A. C. Na »Mistici Corporis», Pio XII, continuando o pensamento de Pio XI, sublinha que «não só os ministros sagrados e aqueles se consagram a Deus

na vida religiosa, mas também o outros membros do Corpo de Cristo tem obrigação, cada um segundo as suas forças de colaborar intensa e diligentemente na edificação e incremento do mesmo Corpo». O cristão, escutando o apelo da Hierarquia, para participar no seu apostolado, tem capacidade sacramental para se desempenhar do núnus de certo modo hierárquico.

Igreja — comunidade de vida

Contudo a Igreja não se realiza só pelo exercício das funções hierárquicas. A obra de Deus é constituída pelos dons de Deus. E querendo Deus colaboradores para a Sua Obra entre os homens, concede a uns uma vocação especial e dons orientados para um ministério próprio da hierarquia; consagrar, perdoar, presidir e organizar o culto.

Estes são os ministros de Deus continuadores do ministério dos apóstolos e que fazem da Igreja uma sociedade apostólica de base primeiramente paroquial, diocesana e, por fim, universal.

Com eles colaborarão os leigos, fiéis à vocação da Hierarquia. Mas os que não recebem ou não aderem à vocação hierárquia, nem por isso vivem passivos. Na verdade Deus confere dons espirituais privados, independentes de funções específicas, mas que aproveitam a todos os que fazem parte da grande família de Deus. É S. Paulo (I Cor. 12/7) quem fala da manifestação do Espírito para utilidade comum: «...a um é dada pelo Espírito uma palavra de sabedoria, a outro o entendimento... a outro a fé pelo mesmo Espírito»; e em Rom. 13/4: «nós temos dons diferentes segundo a graça que nos foi dada»...

A igreja surge assim numa visão global como uma comunidade viva, onde todos os membros têm uma actividade, genérica ou determinada, que transborda e se comunica conforme a verdade da «comunhão dos santos». É esta visão integral que não permite votar o leigo à vivência passiva do «seu» catolicismo. É necessário que ele compreenda a dignidade, o dinamismo e proficiência espirituais do cristianismo que professa. Não se caia, porém, no extremo identificando ou elevando o leigo à ordem de competência ou função, pois não é consagrado como essencialmente um «homem de Deus».

Terá de limitar-se a outra esfera de acção. A comunidade onde está integrado pede-lhe a santificação pessoal e a irradiação apostólica, esforçando-se para que «tudo se instaure em Cristo». É ao leigo católico que pertence criar e alimentar um clima favorável ao desenvolvimento da vida espiritual, levando aos sectores da actividade humana, pessoal, familiar e social, a visão do autêntico cristianismo. A ele compete desmoronar o escandaloso preconceito da que cristianismo e vida moderna são coisas paralelas, e de que não há necessidade da interferência de uma religião vivida colectivamente, na organização ndividualista da vida do homem contemporâneo.

A vivência da doutrina da Igreja, por parte dos leigos, realizará a Igreja em plenitude. E o que a Igreja espera na hora que passa, não é que cada padre e cada cristão, como escreve alguém, elabore um programa próprio de santidade, de acção, de compromisso, mas que pense e trabalhe com a Igreja, isto é — comunitàriamente, e pela Igreja, i. é — com zelo apostólico. O drama, que é ao mesmo tempo a esperança

do cristianismo de hoje, parece situar-se no plano de sua vida colectiva. Pertencerá sòmente ao clero rasgar os horizontes do Reino? Os leigos têm o seu lugar e a sua hora. E necessário porém que ela chegue, por um trabalho intenso de doutrinação eclesiológica...

* *
*

Já muito se está fazendo. É sintoma de ressurgimento o facto de perante a descristianização geral, um número cada vez maior de cristãos querer sentir com a Igreja, com preocupações apostólicas só comparáveis aos primeiros tempos da cristandade. Opera-se uma tomada de consciência da vocação dos cristãos. O ponto de partida da renovação da consciência dos leigos de que pertencem activamente à Igreja e como sequência a elaboração de uma telogia do laicado, situa-se no vasto movimento apostólico que surge da concentração da Igreja sobre os seus princípios intrínsecos. Como escreve Congar — a A igreja seguindo uma ordem inversa à do seu desenvolvimento histórico (que foi primeiro litúrgico, depois doutrinal e disciplinar), apelou para as suas estruturas ao enfrentar o racionalismo do século passado e o modernismo dos alvores do presente. E assim, fez um retorno à tradição da sua orgânica interna com Pio IX; à tradição teológica — obra de Leão XIII e sobretudo às fontes litúrgicas com a acção genial de S. Pio X. Foi precisamente da Tradição litúrgica que nasceu a ideia de que os leigos são realmente a «plebs sancta» do Cânon da missa, e de que era necessário ter em conta o carácter eclesial do Corpo Místico. Imediatamente se preparou a doutrinação teológica dos sacramentos, v. g. a do matrimónio constituição de uma célula do Corpo Místico de Cristo. Deste modo, a Igreja alimentou o movimento de grande projecção que podendo chamar-se missionário e ser a continuação do desabrochar da Igreja, tomou no presente uma nova dimensão. Os fiéis compreenderam e ouviram o apelo para colaborar na actividade sagrada que define a Igreja, no cumprimento da sua missão.

Entretanto foi necessário que se elaborasse uma síntese do tratado teológico da Igreja, onde o mistério eclesiológico aparecesse em todas as suas dimensões, incluindo a realidade eclesial do laicado. A partir deste ponto de vista impôs-se aos teólogos a necessidade actual de uma telogia do laicado.

H. VERÍSSIMO FRANCO

UNIVERSIDADE CATÓLICA

A influência do liberalismo é hoje ainda tão profunda, ao menos a ocidente da «cortina de ferro», que poucas ideias parecem mais estranhas às pessoas cultas dos nossos dias do que esta da Universidade Católica. Nados e criados no pressuposto de que a maturidade das instituições sociais e políticas se deve aferir, não digo pela capacidade de receber, desenvolver e integrar todos os valores autênticos, mas pela facilidade de encontrar uma plataforma comum a todos os gostos e tendências, embora à custa do burilar das arestas mais vivas de todas elas, — os nossos contemporâneos sentem-se geralmente incapazes de compreender uma Universidade que confessa em definitivo a sua adesão a uma fé, a sua crença numa doutrina e a sua submissão a um magistério.

Seria possível distinguir as críticas de blocos muito nossos conhecidos: para estes, a Universidade, escola suprema do saber humano, deve abrir-se a todos os homens e receber o influxo de todos os sistemas — dupla característica que só conseguirá manter alheando-se por princípio a toda e qualquer ideologia, quer religiosa quer política; aqueles, concedendo real ou aparentemente a importância de tais problemas, entendem competir o seu estudo a cada indivíduo em particular ou, quando muito, a estabelecimentos de carácter privado: a Universidade cuidaria apenas da formação cultural, técnica e científica dos seus estudantes; a outros, ainda, parece inaceitável que o Estado, única sociedade perfeita que reconhecem, possa admitir no seu seio uma instituição subordinada, ao menos parcialmente, a uma autoridade que se possa contrapor à sua; a última pedra, enfim, é lançada não raro pelos próprios católicos: para quê segregar-nos do mundo? não será de resto a nossa presença nas Universidades neutras não só o fermento que fará levedar a massa como a última esperança de que se não consume o total descalabro das doutrinas? retirando-nos delas não sucederá encerrarmo-nos em torre de marfim, còmodamente afastados do campo da batalha — mas sujeitos ao perigo mais grave de nos fecharmos sobre uma dialéctica vazia?

Para todo este coro, a Universidade Católica aparece, pois, como um contra-senso, indo as críticas da pura questão de princípios à visão pragmática dos problemas.

Antes de tentar esboçar as linhas mestras da Universidade, tal como a desejamos, procurarei responder às objecções que lhe são postas.

Seja em primeiro lugar a questão da liceidade.

Todo o homem tem obrigação de confessar a verdade, portanto de seguir a Deus, a Cristo e à Igreja. Esta obrigação, note-se bem, não é destruída pelo facto de muitos a ignorarem, vencível ou invencìvelmente; pode este motivo ser bastante para atenuar ou delir a sua culpa; mas, para além da responsabilidade, permanece a obrigação radical de aderir à verdade e, como Cristo é a Verdade, de aderir a Ele e à Sua doutrina.

Ora, o que se disse do indivíduo deve sem dúvida afirmar-se das sociedades por

duas ordens de razões: primeiro, porque a sociedade é uma pessoa moral susceptível de actos jurídicos; pode por isso, e se pode deve, contribuir na medida das suas forças para a glória e o louvor divinos. Segundo, porque constituidas para o bem dos homens, as sociedades trairiam o seu fim imediato, opondo-se ou ignorando-se a Deus. Visando embora objectivos particulares, todas as sociedades se devem ordenar ao destino último da pessoa humana. E esta obrigação será tanto mais expressa e nítida quanto mais perfeita a sociedade, por reunir maior número de homens e penetrar mais profundamente a vida deles. Portanto, a Universidade, depositária, transmissora e investigadora da verdade, formadora do pensamento, ponto de convergência de todos os problemas humanos, tem, ao menos em princípio, a mesma obrigação radical de confessar a Cristo, de reconhecer a Sua Igreja.

Perguntar-me-ão se concluo daqui a absoluta iliceidade de toda a Universidade ideològicamente neutra. Que seja ilícito a católicos fundar uma Universidade neutra ou laicizar uma Universidade confessional, é ponto fora de toda a dúvida. Que em si mesma seja a Universidade laica intrìnsecamente perversa, não o concluiria apenas deste princípio. A própria Igreja tem reconhecido muitas vezes o valor e o benefício de uma ordem social e política, sabendo, embora, que ela é incompleta ou, até, errónea em certos pontos. É o caso do Estado não católico. Neste aspecto, a Universidade neutra seria uma instituição que não se convertera à verdade toda, justificando-se pelos benefícios da cultura.

Contudo, esta não-conversão total arrasta, certamente, consequências graves. Deixando de confessar a Cristo, a Universidade só encontra dois caminhos: ou se afasta de todos os problemas ideológicos ou se organiza em torno de um princípio errado. No primeiro caso, temos a Universidade laica, de que são exemplo a maioria das Escolas superiores do mundo inteiro; o segundo encontra a realização mais cabal na Universidade marxista, a que terei ocasião de me referir adiante.

Detenhamo-nos um pouco na Universidade laica, na Universidade neutra. Para princpiar, notemos que é difícil defini-la, pois é por negação que se determina. Universidade neutra é aquela que se afastou de problemas ideológicos. Mas quais? todos ou só alguns? e, se apenas alguns, quais e porquê?

Aqui, põe-se de lado tudo o que ultrapassa a experiência física; além, aceita-se o espiritualismo e uma moral tradicional, mas deixa-se na sombra todo o problema da Religião; noutros pontos, manifesta-se simpatia franca pelo cristianismo, ao menos como fundamento da civilização em que vivemos, sem aceitar o corolário de um culto vivo e da unidade de um corpo místico. Enfim, toda uma gama de compromissos da verdade com a opinião mais difundida. Não admira, pois, que a Universidade neutra seja difícil de definir e oscile, com os tempos e as correntes, na ressaca do pensamento. Essa a triste história dos nossos estudos superiores, criados à sombra da Igreja, mas pendendo logo para o Estado, para o liberalismo, para o positivismo, cientismo, humanismo... sabe Deus o termo.

Afastando a procura directa, viva, apaixonada, da verdade toda, da verdade total, a Universidade terá necessàriamente de ser sempre um corpo sem cabeça, um conjunto de membros sem unidade. Procura o saber, mas foge dos últimos porquês; aflige-se com os males da sociedade, mas esquece que é ilusório remodelar estruturas sem converter os homens por dentro; deseja formar chefes, mas espera que eles resol-

vam por si sós as dúvidas mais angustiosas da existência. Amontoado de contradições, a Universidade neutra só pode viver numa sociedade superficial ou num tempo em que os espíritos sejam alucinados por miragens; quando a sede do imediato galvaniza as vontades a ponto de não sobejar atenção para o eterno ou quando o brilho das descobertas pequenas queimar os olhos que deveriam fitar as coisas grandes.

Na base da Universidade neutra encontramos o mito da liberdade. Esqueceu-se, porém, que liberdade não consiste necessàriamente na faculdade de escolher o erro, na independência de todo e qualquer condicionalismo. Nenhuma instituição tão formativa, no sentido negativo, como a Universidade neutra: porque faz fé, teórica ou prática, do positivismo. Não quero fugir ao problema da liberdade. É indiscutível que a ciência se não faz sem ela. Liberdade ao menos de se aventurar na hipótese, de ensaiar teorias novas, de aceitar o risco de caminhar em vão. O Criador mandou ao homem que «trabalhasse a terra» e outro não é o mister do sábio. Mas o mesmo Criador, que nos ofereceu a terra com todos os seus mistérios para dominar e contemplar, não nos deixou entregues à contingência da descoberta quanto ao sentido da existência e ao caminho da vida eterna. Por muitas vezes e vários modos falou aos homens pelos profetas e ùltimamente no Filho *(Hebr. 1,1)*, revelando-nos os seus mistérios e abrindo-nos a compreensão da nossa vocação à Graça.

Portanto, é dupla a ciência humana: uma, sobrenatural e revelada, conhecida infalìvelmente por quem adere na Fé a Jesus Cristo; outra, natural, obtida tão sòmente pelo esforço das nossas inteligências. Quanto à primeira, todo o homem deve querer a liberdade de aceitar sem restrição; perante a segunda, todos temos a liberdade imperfeita de fazer hipóteses. Como atrás, o esquema é aplicável à Universidade.

Parecida com a ilusão da liberdade, aquela teoria do respeito pelo próximo que obrigaria a Universidade a limitar o seu campo às doutrinas que não fossem contestadas por algum dos seus discípulos. Como se a verdade, como se o Bem e o fim do homem estivessem pendentes de um acordo mútuo... Transponha-se esta ideia peregrina para o plano individual e ver-se-á todo o seu absurdo. Ouvir-se-á de novo a palavra de Simone. Weil: «Je suis persuadée que ma vocation m'impose de rester hors de l'Église».

O último erro da Universidade laica é acreditar que se justifica no ensino das artes e das ciências. Colocada num mundo que necessita de homens em todo o sentido da palavra, essa sua razão de ser só mantém a coerência na companhia de uma de duas hipóteses: ou a crença no poder redentor da técnica, ou a convicção cândida de que os estudantes são já esses homens perfeitos a quem só resta instruir.

Procurei mostrar, com a clareza compatível com o espaço de que disponho, os principais defeitos da Universidade neutra, como uma Universidade *não deve ser*. É altura de passar à fase construtiva.

Em primeiro lugar, quais os fins da instituição universitária?

Tenho vindo a sugeri-los: formação dos futuros dirigentes da sociedade; transmissão, guarda e aprofundamento do saber; contribuição para o progresso da comunidade humana.

Ninguém duvida de que, nos nossos dias, é o diplomado pela Universidade quem ocupa todos os lugares de comando, o responsável máximo pela condução dos povos. Dirigentes políticos e diplomatas, professores e administradores das empresas, engenheiros e economistas, juristas e médicos, estudaram na Universidade os fundamentos

do seu saber profissional, sofreram por longos anos o influxo do método, da pedagogia, do ambiente, das preocupações universitárias. Lançados na vida, levarão consigo os seus hábitos de reflexão e de trabalho, imporão a sua feição às obras e às pessoas com quem lidam. A tese de Marx, segundo a qual é a História, através das condições sociais e económicas, quem determina o pensamento, está há muito ultrapassada. Não me deterei na sua crítica. Notarei, apenas, que, por estranha ironia do destino, é da Rússia que poderia buscar exemplos. Na pátria do materialismo dialéctico não há Universidades neutras. Porque aí acredita-se na missão do chefe, no valor de acção do intelectual, na irradiação do pensamento. Na Rússia sabe-se que não se impõe à realidade um sonho sem homens que tenham sonhado primeiro; e que o apóstolo, que há-de transformar o mundo, precisa de possuir uma doutrina capaz de sustentar a alma contra todas as dúvidas, de empenhar a carne até ao fim.

Nisto, louvo a coerência e a clareza da visão. Escuso de censurar, por demasiado conhecidos, os erros que tal método vai servir. Mas chamo a atenção para um atropelo da própria máquina: o comunismo não admite senão um só tipo de Universidade; todos os estudantes são obrigados a frequentar com aproveitamento as cadeiras de formação marxista. Nós, católicos, não poderíamos impor condições análogas, porque a consciência de cada homem, ainda a de um nosso adversário, é templo que não podemos violar.

Assente que cabe à Universidade a missão de formar a classe intelectual, cuidemos de analisar os pontos sobre que deve incidir a sua acção. Suponho que podem esquematizar-se em três alíneas:

— enriquecimento da personalidade do estudante;
— cultura humana;
— preparação técnica.

O universitário, futuro dirigente social, deve ser educado para chefe. Poderá ser mais ou menos inteligente, mais ou menos sábio, mais ou menos fulgurante. Quiséramos que fossemos em tudo «mais». Mas o que não lhe perdoamos, é que não saiba dirigir, que se não saiba impor entre os outros homens.

Pensamos muito e falamos muito das virtudes sobrenaturais; mas esquecemo-nos. às vezes, que não há verdadeira virtude, que não há santidade nem sequer humanidade onde falte ou seja tida em pouca conta a rectidão, a coragem, a firmeza, a ousadia. Péguy põe na boca de Joana d'Arc a palavra extravagante de que não bastam ao seu tempo santos que sejam santos mas «qu'il leur faut *des saints qui réussissent*». Santos que sejam eficazes... Ora esta preocupação não pode ser esquecida por quem quer que aceite responsabilidades de educação. Educar é dispor-se a formar destes santos «qui réussissent». E o chefe não resulta se não possuir um mínimo de qualidades naturais que são a lealdade, o critério de justiça, a decisão, a gosto da responsabilidade, a vontade de construir. Seja, portanto, preocupação da Universidade orientar o ambiente, as matérias, os métodos de ensino e de prestação de provas no sentido de que os seus estudantes adquiram uma maioridade de pensamento que não só de corpo, formem um critério pessoal, se habituem a julgar por si mesmos e a agir com

segurança; numa palavra: que saibam, sòzinhos, pensar com rectidão e se sintam capazes de se lançar na realização do que pensaram.

É certo que o fundamento deste equilíbrio há-de ser sempre a paz interior, que é dom de Deus. Essa, não a pode dar a Universidade; mas, ainda assim, pode proporcioná-la. E proporcioná-la-á na medida em que dê resposta cabal a todas as interrogações da inteligência, a todos os anseios do coração; na medida em que mostrar, sem contradição, a novidade, o mistério de todas as coisas, e a possibilidade de as entender.

Mais ainda — e tocamos aqui a segunda alínea — é preciso que a Escola dê com o saber técnico uma cultura humana. Grita-se hoje alto que a civilização moderna está a escravizar o homem pela máquina, a substituir a quantidade à qualidade, a cobiçar o «ter» em todo o «ser».

Não me proponho discutir neste momento o problema da especialização. Em todo o caso suponho que não haverá escrúpulo em aceitar como pressuposto:

1.º — que a especialização é condição do progresso científico e económico.

2.º — que o progresso social está tão dependente daqueles, que contrariar a especialização nos levaria ao caos.

Dentro destas premissas, parece evidente o interesse, mais, a necessidade de salvar a especialização, de não a condenar sem ter tentado tudo em sua defesa.

Não há dúvida de que a especialização, fechando o homem num círculo apertado, levando-o à tentação de querer explicar toda a realidade em termos do seu saber, fazendo-o desdenhar de métodos e processos diferentes dos que ele próprio emprega, contribui poderosamente para a despersonalização do ser humano: primeiro, porque, delimitando os seus horizontes, lhe esconde Deus; e depois porque o habitua a tratar as coisas e a ele próprio como «peças».

Em todo o caso, parece que uma cultura equilibrada pode não só evitar estes males como fazer ressaltar o benefício da especialização. Provam-no a posteriori todos aqueles que se santificam e através da profissão a que se deram. E sempre há exemplos.

Resta definir cultura equilibrada. Crê-se hoje que ela é possível desde que não se esqueçam dois aspectos: um denominador comum de conhecimentos, necessário a todo o homem que se consagrou ao pensamento, e a noção, tão exacta quanto possível do lugar da sua especialização na síntese do saber e do labor humano.

Quanto ao primeiro aspecto, é evidente que todo o intelectual deve possuir um conhecimento claro e profundo dos fundamentos da sua Fé sem os quais não poderá resistir à influência demolidora do meio ambiente, e muito menos dar dela testemunho no campo do pensamento. Mas para além destes princípios é toda a conveniência que se procure desenvolver nele os pontos essenciais da Teologia a fim de que a sua vida espiritual possa acompanhar harmònicamente o enriquecimento do espírito nas ciências das coisas criadas; que se lhe dê uma formação filosófica geral capaz de o orientar nos grandes problemas humanos e o preparar para um estudo pessoal e crítico das obras clássicas do pensamento. Cabe nesta formação geral o exame dos problemas sociais e políticos postos aos nossos tempos, sem esquecer a discussão das soluções concretas que se têm ensaiado. Enfim, cumpre que esta educação debruce o jovem sobre todas as manifestações superiores do espírito, mostrando-lhe a um tempo a beleza

do saber especulativo, o valor transcendental significado em toda a obra de arte e a bondade radical do desejo de construir.

Será dentro desta síntese que o universitário descobrirá o lugar de cada ramo do saber, qual a missão de cada especialista no progresso da sociedade e do espírito. De resto, só a visão unificada das ciências permite ao técnico sentir a sua subordinação ao bem comum, os limites do seu método, o sentido do seu esforço.

Em todo o caso, não lhe bastará esta cultura tão genérica; é indispensável que os estudantes de cada Faculdade recebam uma preparação mais profunda quanto àqueles problemas filosóficos que tocam a sua esfera de pensamento e de acção. O físico deve ser instruído com particular cuidado na cosmologia, o médico e o biólogo na psicologia, o jurista e o político no Direito Natural; enquanto assim não for feito, não teremos sábios capazes de trabalharem na síntese do pensamento; e, coisa mais grave, noções demasiado vagas ministradas a especialistas podem levá-los a desacreditar na Filosofia.

Ainda no aspecto de complemento necessário da formação técnica, há que considerar a deontologia profissional. De facto, cada profissão põe a quem a exerce problemas morais para cuja resolução os princípios da ética, suficientes embora, convém que sejam precisados.

Passo à última das alíneas: preparação técnica.

Este ponto é tão importante que, como já notei, a ele se consagra com exclusão de quaisquer outros a maioria das Escolas Superiores. E não serei eu que o minimize.

O homem mais dotado de todas as prendas da natureza, mais informado na Filosofia e no humanismo, falhará como médico se não conhecer as doenças ou o modo de as atacar, desacreditar-se-á como engenheiro se tiver negligenciado a resistência dos materiais. Nunca será, pois, exagero o repetir-se que o universitário tem o dever de procurar caminhar na vanguarda da sua especialidade, jamais poderá permitir que o «prático» lhe tome a dianteira. E uma Universidade que descurasse este aspecto, além da desonestidade dos diplomas que conferia, condenava ao fracasso toda a sua obra.

O exame dos pontos básicos em que deve fundamentar-se toda a educação superior deixou-nos entrever alguns aspectos já da própria instituição universitária: focámos a sua missão de ensinar e mostrámos que seria impossível cingir-se às cadeiras de especialização; dissémos do dever de caminhar na vanguarda do progresso e de procurar constantemente o ajustamento das suas concepções e métodos às conquistas mais recentes; advogámos a existência de um núcleo de disciplinas tendentes a dar ao jovem uma visão tão clara quanto possível do universo e do homem, apontamos a necessidade de se atender à concomitante formação espiritual pelo estudo da Religião.

Importa, em todo o caso, vincar alguns destes aspectos.

A actualidade dos conhecimentos supõe a vigilância do mundo e de si mesmo, o amor da investigação. Ora, nem a ciência se deve considerar um tesouro morto, nem a investigação se deve reservar aos génios. Para além dos problemas de fundo, das hipóteses novas e das teorias revolucinárias há todo um sem-número de aperfeiçoamentos a ensaiar, de confrontos a estabelecer, de sínteses a construir, de corolários a tirar, de divergências a esclarecer. Não tenho tempo de desenvolver o problema, que nos levaria à conclusão final de que a Universidade se não pode desligar da investigação, quer pelo poder formativo que ela representa, quer pela obrigação que tem

de procurar que se revelem valores, quer enfim para se manter na linha do progresso. Por outro lado, cabe à Universidade ser o elo vivo que prende os ensaios do passado às conquistas do presente. Não provou demasiado bem a experiência de Descartes. Começar isolado de quanto se pensou e descobriu não revela apenas má economia do tempo; é falta de humildade que leva a posições irreversíveis.

Um dos objectivos da Universidade consiste precisamente na elaboração da síntese suprema de todos os conhecimentos a partir, naturalmente, de todas as contribuições do passado e do presente. Porque os próprios sistemas erróneos de nenhum modo, se devem desprezar. Nunca alguém prosseguiu o erro. Se se afastou da verdade foi por um conceito, um princípio, uma tendência que importa despistar.

Trabalho sempre começado e nunca terminado... porque o tempo não se imobiliza, e com o seu fluir, multiplicam-se os dados novos, evolui a terminologia, passam à sombra certos aspectos, trazem-se à luz novos problemas.

Enfim, como para além da verdade natural, o homem recebeu a Verdade Revelada, é objectivo máximo do pensamento construir a Suma cristã de todo o saber. Síntese que só a Idade Média realizou perfeitamente. Não sabemos quando a Providência divina suscitará novo Tomás de Aquino que reconduza à unidade a dispersão da nossa época. Mas até que nos seja dada essa graça, nada de mais proveitoso faremos no domínio do pensamento do que procurar abrir-lhe os seus caminhos.

Para terminar a explanação dos fins da Universidade, devemos considerar a sua missão social e política.

Entre as realidades que ela estuda, contam-se certamente os fenómenos humanos na escala social. Presente no mundo e atenta ao desenrolar dos acontecimentos na ordem naciona e internacional, a Universidade tomará consciência da razão de ser deles, das suas causas próximas e afastadas, procurará prever-lhes a sequência e descobrir a maneira de influenciar a sua evolução. Como? Através dos seus diplomados. Da sua previsão pode resultar uma nova orientação dos cursos, possìvelmente cadeiras novas. Não é verdade que se faz sentir em tantos lados a falta de uma disciplina de sociologia?

Ainda que não queiramos pensar nisso, é «grandíssima a influência da Universidade na vida da nação, através dos intelectuais que lhe fornece. Já tivemos ocasião de notar este facto. E se nos obstinarmos em ignorar, a influência não deixará de se exercer, mas será deletéria com certeza.

Pelo contrário, numa socieadde estruturada de acordo com os princípios que defendemos; a Universidade seria chamada a desempenhar uma acção fecundíssima, colaborando no estudo dos factores económicos, sociais e políticos e intervindo com o seu parecer nos negócios importantes da nação. Evidentemente que não se sonha aqui com uma actividade política à maneira de partido, mas apenas com o valor informativo e consultivo da instituição universitária

Vem a propósito notar que o estatuto político ideal para a Universidade seria o de corporação, subordinada, como todos os organismos sociais, ao bem da comunidade nacional e sujeita neste aspecto às directrizes gerais emanadas dos órgãos do poder, mas independente do Estado.

De quanto temos dito conclui-se sem esforço que a Universidade neutra é radicalmente incapaz de assegurar os valores necessários ao bem individual e social, e isto

qualquer que seja o seu grau de neutralidade. Só uma instituição que se abra à verdade toda — e, portanto à verdade revelada a Cristo e à Sua Igreja — pode orientar-se na solução dos problemas da educação universitária. E se tivermos em mente os inconvenientes gravíssimos e os perigos que resultam da instrução laica, elementar ou superior, podemos ir ao ponto de defender que a Universidade é a mais deletéria das sociedades neutras e de concluir que os católicos as não podem frequentar sem razão suficiente.

Por outras palavras, a confissão católica é nota necessária da Universidade verdadeira. É certo que, em princípio; qualquer estabelecimento de ensino, mesmo de carácter privado ou estadual, pode cumprir essa condição. Interessa-nos, contudo, dar relevo às Universidades pontifícias e católicas.

As primeiras são instituídas pela Igreja para o ensino superior das matérias eclesiásticas. Constam, por isso, fundamentalmente das Faculdades de Filosofia, Teologia e Direito Canónico, às quais se juntam por vezes, como no caso da Universidade Gregoriana, outros Institutos destinados por ex. ao estudo da Sagrada Escritura, História Eclesiástica, Missiologia ou Problemas Sociais. Em 1953, havia em todo o mundo 103 Faculdades deste tipo, isoladas umas e outras agrupadas em Universidades, algumas delas destinadas apenas aos membros de certas ordens religiosas. As Univeridades Católicas, dependendo também da Hierarquia da Igreja, destinam-se pelo contrário principalmente à formação dos leigos, pelo ensino de todas as matérias religiosas e profanas. Vem aqui recordar uma das conclusões do penúltimo Congresso Mundial da PAX ROMANA, o movimento dos intelectuais católicos de todo o mundo, realizado em 1952 no Canadá: «Os universitários católicos têm a consciência de que sòmente a luz da Fé permite ao homem atingir essa sabedoria cristã que forma a cúpula da cultura dada pela Universidade. Por conseguinte, as Universidades Católicas — contanto que não sejam em coisa alguma inferiores às outras no que respeita ao valor científico do ensino —, são, quanto a nós, a Universidade normal».

Poderá objectar-se que uma Universidade privada ou estadual que procurasse seguir a mesma orientação — tal deveria ser o caso das Universidades de um Estado confessional — alcançariam o mesmo objectivo. Em pura lógica, assim se deveria acreditar. Na prática, contudo, costuma verificar-se sempre uma maior ou menor absorção por parte dos interesses das entidades de quem dependem. Tenha-se presente o caso da Espanha ao reclamar, em 1951, uma Universidade Católica. Não é que as Universidades do Estado não tenham todas elas cadeiras de instrução superior religiosa e o ensino não seja orientado catòlicamente. Em todo o caso, conclui o Arcebispo de Valência, «é evidente que o não podem ser no mesmo grau em que o seria a Universidade da Igreja». Outra razão ainda, aquela a que fizemos referência já: o estatuto ideal da Universidade seria o de corporação, integrada orgânicamente na vida da Nação mas sem uma dependência imediata da máquina administrativa do Estado.

Antes de prosseguir, duas palavras àcerca dos direitos da Igreja.

Consciente da missão que Lhe foi confiada, *euntes docete,* a Santa Igreja reivindica sempre o direito de instruir Universidades quando e onde lhe pareça oportuno. Ao fazê-lo, não se apoia apenas em critérios de justiça ou razões de conveniência. É poder que lhe pertence por direito divino.

Note-se ainda que a liberdade de exercício da sua missão de magistério se esten-

de ao ponto de lhe ser permitido fiscalizar toda a educação ministrada aos seus filhos. No caso de uma Universidade única, a Igreja pode ainda exigir que lhe seja permitido fazer ouvir dentro dela a sua voz.

As Universidades Católicas põem, naturalmente, problemas que as Universidades Pontifícias não levantam; inseridas no Estado e destinando-se a formar homens que irão exercer profissões na vida social e política, terão de aceitar discutir com o poder temporal certo aspectos concretos, como sejam a existência de um núcleo básico de cadeiras. Parece também razoável — para não dizer necessário à ordem social — que os organismos encarregados da Educação pública possam exercer elas certo controle.

Contude, o Estado iria contra o Direito se não quisesse reconhecer a competência das Universidades Católicas, a sua existência jurídica ou o efeito público dos diplomas por elas conferidos.

Generalizando o problema, recordo que, não sendo vedado ao Estado tomar sobre si a criação de estabelecimentos de ensino, e cabendo-lhe até o dever de os realizar caso a iniciativa privada se mostre incapaz ou insuficiente, a sua missão deveria ser apenas supletiva. Seria um atropelo o de restringir ou anular a liberdade de ensino, desde que ressalvados os princípios fundamentais do direito natural e positivo; e, havendo entidades que se proponham o problema educativo, o Estado dever-lhes-ia ceder o campo. Isto, claro, sem perda da faculdade, e do dever até de fiscalizar os programas e o modo como são postos em prática.

Na realidade, são ainda insuficientes estes princípios: porque as escolas exigem tal despesa que só muito raro a iniciativa privada se pode bastar econòmicamente. A solução mais perfeita seria a de comparticipação por parte do Estado, dado o benefício público que as escolas representam. No caso de num mesmo país, não confessionalmente católico, haver vários credos religiosos, os subsídios deveriam ser distribuídos proporcionalmente às percentagens de cidadãos de uma e outra confissões. O problema costuma revestir certa dificuldade, dada a existência de facto de Universidades neutras mantidas pelo erário público.

A título de exemplo recordarei a situação das Faculdades Católicas na Holanda, na Itália e na França.

Na primeira existe a Universidade de Nimigaí reconhecida pelo Estado, e que recebe um subsídio em função da percentagem de católicos no país. A Itália não subsidia a Universidade de Milão, embora reconheça os seus diplomas. Finalmente, na França nem uma nem outra coisa: as várias Universidades e Institutos Católicos, além de não receberem auxílio económico, não podem passar diplomas com efeitos públicos. Por esse mundo fora, as soluções são redutíveis às várias Universidades e Institutos Católicos, além de não receberem auxílio económico, não podem passar diplomas com efeitos públicos. Por esse mundo fora, as soluções são redutíveis às destes modelos.

Uma palavra ainda àcerca dos deveres dos católicos: dever, em primeiro lugar, de educar os filhos nas escolas e Universidades católicas; dever que deriva daquele, de contribuir para a manutenção do ensino religioso.

Para terminar, uma última reflexão em torno da realização concreta da Universidade: Vimos já que, para formar intelectuais que sejam chefes e sejam homens, é necessário dar-lhes, além do saber especializado mantido sempre na vanguarda do pro-

gresso, uma cultura humanística no sentido pleno da palavra, que não mero verniz literário ou erudição exteriormente enciclopédica; insistimos no valor do método e no interesse de organizar o sistema de ensino e prestação de provas no sentido de desenvolver e estimular a probidade intelectual, o gosto da responsabilidade, o sentido da chefia, a confiança no valor da acção; chamámos a atenção para o interesse a conceder à investigação científica, quer em ordem à colaboração da Escola no progresso humano quer — e talvez principalmente quanto à Escola — como método e como meio de suscitar valores.

Mas seria erro fatal acreditar que isso bastava. Todo esse trabalho seria vão se não existisse na Universidade um princípio de unidade. Com efeito, é uma ilusão supor que as cadeiras científicas são de si ideològicamente neutras: todo o saber humano é limitado e paredes-meias com o mistério — desde a Física que se interroga sobre o tempo, sobre a matéria e a energia, até à História que acompanha a vida de um ser sujeito à economia da Redenção. são poucas as disciplinas impossíveis sem uma metafísica, seja embora implícita. E quem julga pode prescindir dela, já escolheu o positivismo. As próprias técnicas são inseparáveis duma visão do homem — esse homem que é fim e não meio de todo o progresso material. Universidade Católica não é, pois, aquela que admite, *dentro* de si, o pensamento da Igreja, mas um corpo uno, diferenciado em várias Faculdades, todas elas assentes sobre a visão cristã do homem e do mundo.

JOÃO RODRIGUES

EM ASSIS

O 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

Visto pelo nosso professor de Liturgia

Foi em Assis, na mística cidade do *Poverello,* debruçada do monte Subásio sobre o encantador vale de Úmbria franciscana, que se reuniu de 18 a 22 de Setembro último, o 1.º Congresso Internacional de Pastoral Litúrgica.

O grande encontro abria em todos as melhores esperanças. Resunir-se-ia gente de todo o mundo, especialistas na matéria, e os grandes temas de interesse imediato para a causa do movimento litúrgico iriam ser tratados por mestres de competência universalmente reconhecida.

A extraordinária importância do Congresso veio-lhe de ser *internacional;* portanto, com um carácter de responsabilidade, não sentida ainda, em congressos particulares; e, para mais, o *primeiro.*

Veio-lhe do *número* de congressistas, de toda a parte do mundo católico: 5 Cardiais, cerca de 80 bispos, 1.500 sacerdotes e leigos.

Países houve que enviaram representações impressionantes: da Espanha, 1 Cardial, 7 Bispos; da Holanda 60 e tal sacerdotes; e muitos da América, da França, da Inglaterra, da Indonésia, de além da cortina de ferro.

Veio-lhe ainda da *qualidade* dos oradores, homens da maior autoridade, tanto pelo saber, a maior parte de renome mundial, como pelo lugar que ocupam na Hierarquia da Igreja.

Veio-lhe sobretudo, do relevo que a Santa Sé lhe quis dar, enviando como presidente, nada menos que o Prefeito da S. C. dos Ritos, S. Em. o Cardial Cicognani.

O objectivo do Congresso era passar em revista a obra de restauração do Santo Padre Pio XII no campo da Pastoral Litúrgica.

Não havia tema particular, determinado assunto a estudar. Por isso, não houve discussões no fim das conferências, nem conclusões do Congresso.

No entanto, os respectivos oradores não deixavam de apontar, e alguns com clareza meridiana, as sugestões mais oportunas, bem ousadas algumas, a que a multidão respondia com os mais vibrantes aplausos.

Pode dizer-se que o processo foi uma sondagem rápida e clara às «angústias pastorais» daquelas centenas de sacerdotes, como interpretou o P. Martimort.

Certas comissões especializadas reuniram-se nos três dias antes do Congresso e nos três que ele durou, para examinar algumas questões relacionadas com o Congresso, entre elas, ao que parece, as próprias sugestões apresentadas.

SENTIDO DE GRATIDÃO

A figura do Santo Padre Pio XII do-

minou todo o Congresso. O Pontifical de cada manhã, na Basílica de S. Francisco, embora deixasse muitíssimo a desejar na sua participação, lá tinha ao fundo da ábside o trono pontifical que a ninguém, senão ao Sumo Pontífice, era permitido ocupar.

Todos os conferentes souberam interpretar, em palavras sinceras, a gratidão de todos os congressistas e de todo o mundo cristão para com o Papa.

COMUNHÃO DE INTERESSES

Das coisas mais impressionantes foi verificar como as «angústias pastorais», para as quais se espera resposta da Liturgia, são comuns a toda a Igreja: os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, as mesmas esperanças, as mesmas sugestões, de toda a parte.

Tais sugestões, não são congeminações dos membros da Hierarquia, bispos ou simples padres, a pretender, inventar e impôr reformas arbitrárias, mas são autênticamente exigências da cristandade inteira.

E foi encantador, ao máximo, ver diante dos olhos de todo o anfiteatro, com 1.500 sacerdotes e leigos, aquela mancha multicolor dos 80 prelados, cardiais e bispos, pastores do povo de Deus, espalhados pelos quatro ventos, a dizer, a ouvir, a dilatar as pupilas, a sorrir e a bater palmas, na compreensão profunda dos mais urgentes problemas da grei cristã, que eles têm por missão de apascentar, eles «os dispensadores dos mistérios de Deus».

Sentiu-e ali a palavra que o Papa havia de dizer depois, que «a contribuição que a Hierarquia e a que os fiéis trazem à liturgia não se adicionam, como duas quantidades separadas, mas representam a colaboração dos membros dum mesmo organismo, que age como um só ser vivo. Os pastores e o rebanho, a Igreja que ensina e a Igreja ensinada, formam um só e único corpo de Cristo».

AS SUGESTÕES

Vinham a propósito do tema desenvolvido na alocução. Mas algumas saíam a propósito de todos os temas

1.ª— *O uso da língua vernácula* foi propugnado por todos os que directa ou incidentalmente se referiram ao assunto. E foram quase todos os oradores.

«A língua vulgar deve ser admitida na administração dos sacramentos, nas exéquias, nalgumas bênçãos e, sobretudo, nas *leituras,* (Missa, Vigília pascal, etc.), sem o que a sua finalidade — instruir, ficará quase completamente inatingida.

O seguir as leituras por traduções além de meio que não pode ser utilizado pela maior parte dos cristãos (pense-se na multidão de gente analfabeta, crianças, velhos, pessoas rudes, pobres sem meios para adquirir missais, etc.) é sempre um *remendo,* pois que a proclamação da palavra de Deus deve ser feita na *assembleia dos cristãos* — pregação comunitária.

Este fim não se alcança quando o ministro da palavra lê só para si em língua desconhecida, e cada um, para si também, lê a *sua* tradução; nem sequer quando um *segundo* leitor lê em vernáculo, *simultâneamente* com o ministro da palavra, que a lê em latim. É um desdobramento sem sentido e desorientante».

Assim o resumo das opiniões da conferência dos bispos norte-americanos, para a missa; do Em.mo Cardial Gerlier, para o Ritual; de Mns. van Bekkum, vigário apostólico de Ruteng, na Indonésia, e de toda a enorme assembleia que sublinhou com aplausos, às vezes mal contidos, as suas afirmações.

«Aplausos às vezes mal contidos», dissemos. O P. Martimort, a certa altura, interpretou publicamente o sentido dessas tantas palmas, — «angústias pastorais» — mas nunca insubmissão às orientações da Santa Sé, pois que a liturgia é hierárquica. Exprimia-se um voto, apresentavam-se as razões, mas esperava-se a palavra de ordem de quem de direito. O Papa no fim do Congresso referiu-se à questão. No fim, diremos sobre isto uma palavra.

2.ª — A Igreja, na sua oração, deve dar testemunho de Cristo, em cada lugar onde houver baptizados ou homens a baptizar. Para isso, que seja restaurada a Ordem dos *Diáconos,* nas suas funções de catequista e presidente da oração da comunidade, para não deixar sem presença da Hierarquia os lugares, onde nem sequer pode haver, por vezes, uma capela, mas onde há homens a salvar.

Os Diáconos seriam ordenados em circunstâncias diferentes das actuais, cuja ordenação é apenas uma ponte de passagem para o Presbiterado. Não lhes seria exigido o celibato.

Para os outros graus da Ordem, a tendência é igualmente para que se confiram as ordens, cada uma para a *sua* respectiva função e cada função na igreja seja exercida por quem para isso possui o respectivo mandato, ou seja, a respectiva ordenação.

Assim Msr. van Bekkum, da Indonésia e os Bispos da América do Norte.

3.ª — S. Em.ª o Cardial Lercaro foi saudado com estrondosa salva de palmas, quando se anunciou a sua vez de falar. Os seus «cristãos atrevimentos» valeram-lhe, com justiça, a extraordinária simpatia de que sempre foi rodeado. S. Em.ª falou da «Simplificação das rubricas e da reforma do Breviário». E apresentou um plano de reforma, cujas bases seriam: — a) diferenciação entre o Breviário diocesano e o monástico, pois que o Breviário que hoje se reza em toda a Igreja segue o esquema criado para o ofício coral monástico. A vida do padre diocesano, com as suas ocupações e exigências de horas tão diferentes das do sacerdote não diocesano, assim o pede; — b) essa diferenciação poderia consistir na criação de duas «horas» canónicas, uma de manhã, outra ao fim da tarde, correspondendo, mais ou menos a Laudes-Prima e a Vésperas-Completas, mas com formulários novos; — c) possibilidade de outra distribuição do saltério, por mais de uma semana, ao contrário do que agora sucede; — d) supressão das «horas» menores, de origem monástica, e que hoje realmente não é fácil rezar como oração dessas horas, ou então, redução dos seus formulários, talvez a um só salmo, o mesmo em todos os dias, para cada hora, de sorte a poder ser fàcilmente rezado de cor e em qualquer sítio. O critério seguido parece ser o que a Santa Sé já adoptou para a semana santa: que cada «hora» seja, em princípio, a oração do momento para o qual foi prevista. Ninguém reza ao sol posto a oração da manhã que de manhã não *pôde* rezar!; — e) que o *Pater noster* fosse admitido em todas as «horas», mas não como que fora delas, como até há pouco; senão dentro das próprias «horas», a culminá-las, no fim, recitado em alta voz pelo presidente, antes da oração, como já sucede nas *preces* de Laudes e Vésperas.

LITURGIA E PARALITURGIA

D. Olivier Rousseau, O. S. B. notou como entre os orientais a Liturgia, isto é, o quadro da oração oficial da Igreja ainda hoje é, em grande parte, a expressão da piedade pessoal de cada cristão.

Na igreja latina, verifica-se que, ao lado da Liturgia, nasceu novo e vasto quadro de actos de piedade, à margem da Liturgia— paralitúrgicos, portanto — porque a Liturgia não é já sentida e vivida. No entanto, a Liturgia é «a fonte primária e indispensável» da graça e da santidade. Msr. van Bekkum trouxe a este tema os argumentos mais convincentes, expondo como se vêem obrigados a reagir perante a nova Liturgia, os seus recenconvertidos da Indonésia, quando aos seus ritos religiosos, tão profundamente sentidos, se lhes substitue uma liturgia de tradição latina, que eles dificilmente sentirão.

Donde, diferenciação maior das liturgias locais, na língua, no canto, nos ritos. Roma deu exemplo deste procedimento, quando criou a sua liturgia local, confirmou o P. Jungmann, S. J.

A MURALHA QUE DESABA

Referindo-se à «surpreendente flexibilidade das formas litúrgicas», nos tempos passados, o P. Jungmann, S. J., foi igualmente pela adaptação da Liturgia, aos tempos e aos lugares, como coisa de óbvia urgência para os cuidados da pastoral litúrgica para com as almas.

Que a Liturgia, disse, tem sido conservada, quase prisioneira, dentro de velha muralha inexpugnável.

Pio XI fez ruir, com a sua intrepidez, as paredes que reduziam o Papa a prisioneiro do Vaticano.

Com Pio XII, cai a muralha que distanciava, do comum da cristandade, as fórmulas sagradas da Liturgia. «O interesse e cuidado das almas tornaram-se, de novo, como antigamente, o factor decisivo, isto é, os mesmos interesses pastorais donde nasceram as formas da Liturgia nos primeiros tempos da Igreja retomaram a sua importância».

O PAPA FALOU

Por fim, em Roma, o Papa falou. Do discurso, por ser assás longo, Sua Santidade só leu a segunda parte, mas mandou distribuir, à saída da sala da audiência, o *Osservatore Romano,* com o texto completo, em francês, língua em que foi pronunciado, e em italiano.

Esperava-se, realmente, um discurso de Liturgia Pastoral. Sua Santidade preferiu assunto teológico. Creio que a coisa se entende. O Movimento Litúrgico precisa de assentar em sólidas bases doutrinais, de sorte que a *lex orandi* proceda da *lex credendi* e a confirme. Apenas foram apontados alguns problemas mais directamente de ordem litúrgica. Entre eles, o da língua vulgar. O Papa ao analisar «a Liturgia e o tempo presente», diz que ela tem procurado ocorrer à solução de problemas novos, e cita quatro exemplos: cerimónias novas, uso da língua vulgar, canto popular e construção de igrejas. Imediatamente a seguir lembra «mais uma vez que a Igreja tem graves motivos para manter firmemente, no rito latino, a obrigação incondicionada, para o sacerdote celebrante, de empregar a língua latina».

A Igreja tem, portanto, «graves razões» para manter a língua latina. Consequentemente, a ninguém é lícito, *por sua conta e risco,* substitui-la pelo vernáculo, *sem permissão* da Santa Sé. Mas, por outro lado, a Igreja «cria coisas novas» na Liturgia, e, entre elas, cita o Papa «o uso da língua vulgar», como atrás se disse.

Certamente que esta substituição não foi também, sem «graves razões» que se fez. É preciso maior razão para substituir do que para manter.

Mas afirma-se mais uma vez que o supremo critério para usar o vernáculo

é a palavra de ordem da Igreja; não se diz, porém, que ele se não possa desejar ou que não venha a ser admitido. O exemplo do que já se fez favorece até o contrário.

Ademais, a questão do vernáculo está longe de ser toda a substância do substancioso discurso papal.

Parece, portanto, menos expressivo, que a questão do latim, tenha sido tomada como epígrafe das primeiras notícias que a Portugal chegaram, do discurso de Sua Santidade, ao congresso de Assis.

A hora é do Espírito.

O Papa disse na sua alocução: «O movimento litúrgico apareceu como um sinal das disposições providenciais de Deus, sobre o tempo presente, como uma passagem do Espírito Santo na sua Igreja, para aproximar mais os homens dos mistérios da Fé e das riquezas da graça, que correm da participação activa dos fiéis na vida litúrgica».

O NOVO TESTAMENTO (nova edição)

Na série, já tão valiosa, das recentes edições da Bíblia, feitas sobre os textos originais e beneficiando do imenso labor que desde os fins do séc. XIX se tem levado a efeito para mais genuinamente serem postas ao alcance de todos as riquezas do Texto Sagrado, vem agora tomar honrosamente lugar a nova tradução comentada dos Evangelhos e Actos, que o sagaz professor do Seminário dos Olivais, Cónego José da Costa Falcão, elaborou.

Depois das edições católicas, feitas segundo o rigor da crítica bíblica, primeiro na Alemanha, depois na França e nos EE. UU., e ainda na Itália, Espanha, etc. era justo que o público português começasse a ter boas *traduções comentadas*, cuja série esta abre em Portugal — num momento em que, de resto, mais do que nunca urge o apostolado bíblico entre os leigos, etc.

A) Qual é o jeito de *tradução* que o público católico espera, no nosso caso?

Depois das directivas tão oportunas de Pio XII na Encíclica «Divino Afflante» (1943), toda a gente sabe que a primeira qualidade duma tradução da Bíblia em vernáculo, é ser o mais possível fiel ao texto sagrado, portanto feita directamente sobre os textos originais.

Não basta, porém; e aqui se torna mister reparar que, sem embargo dos modismos da linguagem semítica, passados até para o texto grego do Novo Testamento e que conferem um vigor particular à frase (como sucede por exemplo nas falas do Senhor no Evangelho), há que fazer a transposição para a nossa língua em fraseado terso e conforme ao génio dela, de modo a lerem-se os discursos, narrativas, etc., quanto possível como se foram originàriamente pensados e escritos em português. Só assim, de resto, se terá um texto satisfatório para a leitura pública (p. ex., na Liturgia), cujas exigências são cada vez maiores no tocante à exacta compreensão pelos fiéis do texto Sagrado, tornado simples e não atraiçoado... Haja em vista o recente e meritório esforço levado a cabo, na tradução francesa dos Salmos, pela equipa Tournay-Schwab-Gélineau). Se o vernáculo é, pois, castiço e a um tempo correntio e simples, a leitura na Assembleia dos fiéis poderá fazer-se em termos, sem se ir para o expediente de introduzir aqui e além, perífrases do texto sagrado — como às vezes se faz com prejuizo evidente da pastoral litúrgica... Se a frase, ademais, for trabalhada de modo a conservar-lhe um rítmo seguro, nada frouxo e desconexo, para melhor se fixar no ouvido... e se reter no coração (pensamos, em especial, nas grandes sentenças do Novo Testamento, tão incisivas no próprio texto do fraseado grego), tanto melhor.

Pois bem: do esforço posto pelo Autor em satisfazer aos «desideratos» duma excelente tradução no sentido supra, dão conta ao leitor criterioso a ampla bibliografia de que se rodeou e o esmero posto no sondar os cambiantes do original grego, tendo em conta as achegas que, em crítica textual, as versões antigas bastas vezes propor-

cionam. Quanto ao último ponto a que aludiamos acima — o do vernáculo simples e correntio, bem ritmado sobretudo nas frases — os Mestres da língua dirão, e a experiência da leitura pelo Povo (que foge a quanto é rebuscado) fará justiça, consagrando aqui, corrigindo acolá.

B) Para concluirmos a análise da obra, ocorre perguntar, finalmente: qual será o género de *interpretação* e comentário do Texto dos Evangelhos e Actos, que mais útil é ao grande público, a quem o presente trabalho se destina?

Diríamos, em primeiro lugar, que a interpretação dos textos sagrados há-de dar o «sentido» da Igreja, quer expresso nas fórmulas explícitas do Magistério extraordinário do Papa e dos Concílios que tomem à sua conta um passo da Escritura e lhe definam o sentido autêntico, quer no teor do Magistério Ordinário da Santa Igreja de Deus, que em todo o Mundo Católico beneficiando da União da graça do Senhor Jesus e do Espírito Santo, é firme e segura no interpretar (e não o pôs em realce ùltimamente Pio XII, ao afirmar, em jeito de contraste, que *o sentido da Igreja* não é o mesmo que *opinião de teólogos?)*

E só assim terá ampla razão de ser a prescrição canónica que proibe as Bíblias em vernáculo desprovidas de notas: estas não dão o sentir da Igreja, e está tudo dito... Um dos méritos da presente edição é, ao ter tido em conta esse requisito de base (como não podia deixar de ser), indicar também uma ou outra vez de modo explícito qual o documento do Magistério que interpretou tal ou tal passo.

Digamos ainda que, havendo de se interpretar a Bíblia pela Bíblia, ao entrarmos nessa zona privilegiada que são os Evangelhos, é necessário compreender que o Filho de Deus, Revelação do Pai, se patenteia não apenas nas sublimes páginas Evangélicas, mas em todo o Novo Testamento — segundo a expressão, larga, de HEBR. 1/1-2. O Jesus do Evangelho não fica «completo» pois, sem o remate do Jesus do resto do Novo Testamento — o que obriga todo o intérprete cuidadoso a *integrar* a Revelação divina contida nas Epístolas, etc., na letra e no espírito dos passos do Evangelho, ou, se quisermos outra fórmula, a *encontrar o prolongamento* da Revelação do Evangelho, na Revelação que S. Paulo, S. Pedro, S. João, etc, nos dão nos seus escritos. «Christus heri et hodie» — bem sentia este «hoje» o Autor da Ep. aos Hebreus ao falar, no camp. 13, v. 8 da «sua» revelação, que era no fundo a mesma revelação de Cristo...

Se acrescentarmos que o «Jesus aparecido» — «Jesus continuado», do N. T., implicam o conhecimento de «Jesus preparado» no A. T. (sobretudo nos passos mais significativos em que a Antiga Aliança é TIPO da Nova e encaminha o Povo Eleito para o Salvador), teremos implìcitamente posto em realce o cuidado posto nesta edição, quer em interpretar expressamente a Bíblia por outros passos da Bíblia, quer então, apenas, em apontar os chamados lugares paralelos, relacionando-os porém criteriosamente, para o leitor da Palavra de Deus por si se esclarecer, com segurança (e sem o vago de simples reminiscências de pretensos lugares paralelos que o não são, e portanto nada acrescentam à compreensão de Factos e de Pessoas e que, doutrinalmente, nada dizem no tocante à «analogia da fé»). E que o esclarecido Autor nos dê, em breve, o resto do N. T.!

A. G. NEVES

SALÃO PAROQUIAL

As condições modernas da sociedade, que em massa se vai afastando do seio da Igreja, obrigam os Metres da Pastoral a traçar oportunas normas de actividade sacerdotal aos apóstolos do nosso tempo. Daí o ressurgirem ideias novas, ou antes, ideias velhas com roupagem moderna, como seja o tema da «Comunidade Paroquial», que se propõe apresentar a Paróquia como uma grande família a peregrinar para a Jerusalém Celeste, sob a direcção do Pároco, delegado do Bispo a quem o Espírito Santo constituiu Pastor dos fiéis.

É uma família a Paróquia; e como família há-de ter um lar, uma casa onde toda a comunidade viva e respire verdadeiro ambiente familiar.

«Casa da Paróquia» é primeiramente a Igreja Paroquial que deve ser o centro de toda a vida de Piedade; «Casa da Paróquia» é ainda a Residência Paroquial que deve estar aberta para toda a obra ou caridade e palavra de conselho, para aquela amizade larga e generosa que inspire no povo cristão o sentimento da Paternidade espiritual do Pároco, que chamado dentre ele, se encontra agora ao seu dispor como Mestre que ensina a Verdade, como Pastor que aponta o Caminho, como Sacerdote que preside ao culto para glória de Deus e santificação das almas.

Mas porque a Paróquia se compõe de homens, que não de Anjos, falta-nos ainda um como que «Lar Paroquial» para expansivos e alegres encontros de crianças, jovens, adultos e velhos, para conferências e sessões da A. C., e outras coisas mais que ao diante examinaremos.

Eis-nos pois chegados à ideia de «Salão Paroquial», elemento magnífico de acção pastoral sobre os próprios indiferentes ou praticantes que lá recorrerão sem ferir preconceitos (1).

Da sua importância para a restauração religiosa do Patriarcado, já falou S. Eminência ao lembrar de passagem numa das Pastorais sobre o problema do Clero: «Não sabemos se terá fundamento real o que lemos algures: que grande parte do triunfo sobre os partidos marxistas da Itália nas últimas eleições era devido ao salões paroquiais. Mas é certo que são grande instrumento de defesa e até conquista cristã dos meios rurais» (2).

Aqui temos traçado o programa essencial da obra dos Salões Paroquiais: *conquista das massas abandonadas* e indiferentes à verdade cristã; — *conservação e defesa dos elementos já formados.*

---

(1) Cfr. D. Gomes, *Necessidade imperativa do Salão Paroquial,* Lumen, v. XI (1947), página 618.

(2) Pastoral de 1 de Novembro de 1948, Lumen, vol. XII (1948) pág. 720.

INSTRUMENTO DE CONQUISTA

Não haja dúvida: o que temos à nossa frente é uma sociedade laicizada, absorvida pela preocupação da riqueza e do dinheiro, esquecida dos valores sobrenaturais, cada dia mais renitente a deixar-se informar pela acção omnímoda da Igreja que pretende renovar o homem todo — juízos, sentimentos e actos —, pela incorporação em Cristo Jesus.

O censo dá 93,% de católicos, mas nós não podemos governar-nos com números, porque a realidade, a triste realidade é que a grande maioria não frequenta a Igreja, não podendo portanto beneficiar da acção pastoral do Padre se este limitar o seu trabalho às dimensões dum templo.

A hora é de conquista, e conquista não dum mundo simplesmente pagão, mas dum mundo indiferente e até anti-clerical, para quem a Boa Nova do Evangelho está desacreditada. Mais uma doutrina que falhou, dir-se-á em atitude de desinteresse e cepticismo.

Por isso, mais do que em épocas de fé e costumes cristãos, temos de lançar mão de toda uma rede de obras de ensino, educação, assistência em vista a essas massas que não entram nas Igrejas mas que podem continuar abandonadas e indiferentes à Verdade Cristã.

Ficará sempre de pé a forma essencial ou ordinária do apostolado; mas cada época, cada classe tem as suas características determinadas e concretas a que o Apóstolo tem de adaptar-se, a exemplo de S. Paulo: «fiz-me tudo de todos para de qualquer maneira os salvar (I Cor. 9/22)».

Daí o assistirmos a uma bela floração de tentativas e experiências, de novas formas de apostolado, discutíveis umas, mais oportunas outras. E instrumento oportuno, sempre eficaz, é sem dúvida o Salão Paroquial.

Devidamente preparado e dirigido, constitui elemento único de atenção para todos, porque até os próprios não praticantes lá ocorrem sem se darem conta dos seus preconceitos, a título de assistirem a uma festa recreativa da juventude, a uma sessão cinematográfica, a uma conferência ou sessão de cultura. É então ocasião de lançar nas almas de todos esses desorientados e tímidos a boa semente da Verdade Cristã que nem sempre cairá em terreno pedregoso e árido. Numa palavra que se ouviu, uma atitude que se observou, o ambiente que se respirou, só Deus sabe a quantos não poderão despertar para o assentimento à maravilhosa Mensagem do Senhor Jesus.

Vamos a um caso concreto. Anunciou-se em certa Paróquia rural uma concentração de todos os rapazes no Salão Paroquial. Do programa constaram vários números recreativos e uma palestra por um dirigente da A. C. E qual não foi o seu espanto ao ouvirem um leigo, um rapaz como eles, a falar-lhes com entusiasmo daquilo que pensavam só os Padres falarem, por dever de ofício! A partir dessa data pareceu-me verificar que aqueles rapazes tomaram mais consciência da sua fé bastante amortecida, dessa fé que os tornava diferentes de quaisquer outros mas que estavam longe de saber apreciar.

Isto passou-se numa aldeia. E se vamos à vila, à cidade, deparamos com uma massa enorme de rapazes que nunca vão à Igreja e por isso não têm oportunidade de manter qualquer contacto com o Sacerdote para tomarem consciência do valor das

verdades da fé, antes pelo contrário, saídos das famílias que só se interessam pelas vantagens materiais, são impiedosamente lançados na fábrica, na oficina ou na escola, onde em regra se consuma a obra da sua deformação pela influência nefasta do ambiente.

Em princípio, para tais elementos só há por vezes um meio de os conduzir à prática religiosa, — que um bom companheiro, um militante da A. C., o convide a assistir a uma sessão, a um jogo, a uma conferência no Salão de festas, onde terão os primeiros contactos com a Igreja. Nem é outro afinal o objectivo das várias assembleias de massas levadas a efeito pelos organismos da A. C.

E o que se diz de concentrações de juventude, deve dizer-se de qualquer outra reunião especializada: sempre o Salão terá uma função de conquista daquelas massas a que não pode chegar a acção directa do Sacerdote.

Mas cautela, não se vá ficar a meio caminho; é preciso depois conduzi-los até à Igreja. Aqui é que estão as fontes da vida; «hic domus Dei et porta coeli», canta a liturgia da Dedicação das Igrejas. O problema não é fazer simpatizantes, de anti-clericais ou indiferentes mais ou menos hostis; o que interessa é fazer cristãos, e cristãos autênticos. Jamais se fique na «religião da simpatia».

INSTRUMENTO DE DEFESA

Uma outra função dos Salões Paroquiais está em defender os nossos cristãos — sobretudo a juventude — das influências nefastas do meio em que vivem. Porque o Cristianismo não se limita a alguns actos culturais; mas é uma vida, que terá de informar toda a actividade humana.

Todo o pensar e sentir e agir do cristão há-de ser o próprio pensar e sentir e agir de Cristo. Urge por isso empregar todos os esforços para ajudar o cristão a conformar toda a sua vida com a Verdade «sempre antiga e sempre actual» do Evangelho, protegendo-o contra os vários perigos e contágios.

Estes, encontra-os o jovem nas ruas e nas praças, nas reuniões mundanas, nas escolas, nas oficinas e até já nas próprias aldeias onde outrora se nutria um sopro de pureza física e moral.

Onde encontrar nos tempos de hoje um ambiente sàdio, compenetrado do espírito cristão?

Mas em vez de imprecações ou lamúrias, melhor será tratarmos de fazer alguma coisa para o entreter nas horas de ócio, que invariàvelmente ele vai estragar em centros corruptores: o café ou o clube, a taberna ou a casa de baile. Houvesse um Salão Paroquial, bem aproveitado e teríamos nós um dique eficaz contra esta onda de desmoralização nos divertimentos, com as suas sessões cinematográficas, as suas festas recreativas, o seu centro de jogos, a sua sala de leitura.

Uma sala de reuniões e jogos é meio eficacíssimo não sòmente de atracção, como já vimos, senão também de protecção e preservação moral para os jovens, cuja natureza expansiva está inclinada a todas as modalidades duma vida exuberante. Escusado será dizer que não há aqui lugar para jogos de azar, nem os que de qualquer modo possam fomentar a paixão do jogo. Seria erro lamentável transformar o Salão numa simples casa de jogo, conforme mais adiante faremos notar.

O funcionamento de uma sala de leitura com biblioteca anexa, desempenhará também uma função de educação e preservação, fornecendo leituras sãs e amenas para evitar o uso de leituras pornográficas, já hoje espalhadas um pouco por toda a parte.

Recorde-se ainda a utilidade recreativa e educativa de pequenas peças de teatro moralizador e de filmes cuidadosamente seleccionados.

Mas vai mais longe a utilidade dos Salões Paroquiais. Já em tempos um assistente da A. C. verificou um facto de excepcional importância: «em Portugal não se realizam *assembleias de massa* dos organismos da A. C. por falta de uma sala espaçosa, aonde possam recorrer os operários ou os estudantes. Não é certamente nas sacristias que essas reuniões se podem efectuar. Faltam sedes à A. C., salas de trabalho, lugar para os arquivos e reuniões, porque faltam Salões Paroquiais» (3). E podemos nós acrescentar: faltam-nos também salas para um catecismo vivo a crianças e adultos, segundo as normas de Pedagogia moderna, porquanto se é certo que os métodos por si nada valem, não menos verdade é que sem método todo o trabalho resultará estéril.

Aí ficam esboçados alguns pontos do programa dos Salões Paroquiais; programa único e vasto, que de modo algum pode ser realizado ou pelo «Patronato» ou pela «Casa do Povo» (4).

Administram muitas Paróquias um *Patronato;* mas a estrutura mesma de sua organização o impede de servir a todas as necessidades da freguesia, porque limita a sua esfera de acção às crianças e quando muito às raparigas.

Examinando também o problema das *«Casas do Povo»,* somos infelizmente forçados a reconhecer que estão bem longe de corresponder ao objectivo benfazejo de quem as idealizou. Quantas vezes, dirigidas por homens sem grandes escrúpulos de consciência, organizadores de bailes lascivos e divertimentos mundanos, se transformam em focos de corrupção moral para a família rural, sobretudo para a mocidade que em vez dum ambiente sàdio e purificador ali depara com os males do café, da taberna ou do clube.

É pois urgente evitar que o centro favorito de reunião da gente do campo se desloque para um lugar que escapa ao influxo benfazejo do espírito cristão na educação da juventude a quem é preciso formar com vista ao futuro da classe rural, acompanhando-a cuidadosamente em todo o âmbito da sua preparação profissional à formação religiosa, sem esquecer o problema dos passa-tempos. E não se vê outra réplica possível a estas «Casas do Povo» degeneradas, que não seja um Salão Paroquial bem apetrechado e dirigido, de modo que os jovens se sintam atraídos a aproveitar aí as suas horas de ócio, em jogos, conversas e distracções que refaçam o corpo e tonifiquem o espírito.

Mas haja sempre o cuidado de não transformar o Salão em simples sede recreativa. Não vem ao caso abordar o tão debatido problema da relação entre Apostolado e Desporto. Apenas se pretendem vincar, como esclarecimento do que atrás ficou dito

---

(3) D. Gomes, art. cit., pág. 619.
(4) Ibid. pág. 618, 619.

acerca das actividades recreativas, que nos divertimentos deve haver uma justa moderação, não vamos nós converter em fins os meios, transformando o Salão em sede de «clube» de desportistas ou actores. Não haveria erro mais funesto do que subordinar a parte educativa à recreativa, porque é justo duvidar muito dessa corrente que pretende fazer do desporto uma «actividade religiosa», uma «propaganda religiosa». É bem fácil cair-se e ficar-se no que alguém apelidou de «religião da matéria».

Outro escolho a evitar é o de fazer do salão mera fonte de receitas. Como poderemos nós depois proclamar aos quatro ventos que os Padres não são homens de dinheiro, que a religião não é um negócio como outro qualquer! Para o mundo, nós exercemos um munus bem rendoso; não lhe aparecemos como propagandistas duma ideia, mas como empregados e beneficiários duma administração. Cautela pois com a fonte de receita. O nosso desinteresse deve ser suficientemente manifesto para que tenha um valor apostólico, para que sirva de testemunho ao Evangelho, testemunho ainda mais vivo que o de castidade cuja prova não é fácil fazer.

J. A. S.

SINGELAS TROVAS

A Virgem Santa Maria,
A Pura Mãe de Jesus,
Olhou os astros do céu,
Encheu os astros de luz!

Nossa Senhora em menina
penteava o seu cabelo:
Era uma dança doirada
Com lumes de setestrelo!

Beijos de Nossa Senhora,
Pérolas de fino gosto:
Quem me dera ser Jesus
Para os receber em rosto!

Quem olhasse a Virgem Bela,
Ataviada à judia,
Em tão formoso donaire
A graça de Deus veria!

Deus creou Nossa Senhora
Para que os homens também,
Ao rogar-Lhe dons e bênção,
Lhe apontassem para a Mãe!

O canto da Virgem Pura,
Logo ao romper da alvorada,
Era o chilreio mais terno
Que Deus no céu escutava!

Nossa Senhora ia à fonte,
Levava Jesus ao pé:
Os anjos iam diante
A cantar «que linda é!»

A. LEITÃO

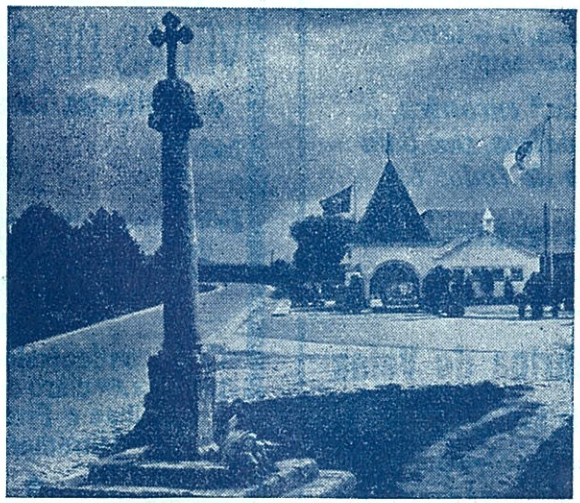
AO SERVIÇO DO AUTOMOBILISTA

SACOR

A utilidade de um Posto de Abastecimentos não exclui o seu enquadramento nas belas e suaves paisagens da nossa terra

Assim pensa

A SACOR



POSTO DE ALJUBARROTA

SOCIEDADE DE TAPEÇARIAS, LIMITADA

ESTOFADORES E DECORADORES
Rua Augusta, 126-130—Telef. 26669

Casa especializada em estofos e decorações, com oficinas próprias e estoques próprios, os mais completos e variados e aos melhores preços do mercado

Sedas, damascos e brocados próprios para decorações de igrejas

As mais modernas criações dos industriais nacionais e estrangeiros

Agradece desde já a Vossa muito estimada visita



É NA **Casa Avé Maria**

Rua da Prata, 75 — LISBOA
Telef. 26127

que V. Ex.ª encontra, a preços módicos, um bom sortido de todos os

ARTIGOS RELIGIOSOS

Antiga Fábrica de Velas

de **Alfredo Cadete Pereira**

Alcanena — Monsanto

Velas de cera Litúrgicas e de promessa

Preços especiais para os Rev.dos Párocos e Irmandades

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5 — B. Baixa - CARDIGOS

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do continente, ilhas e Províncias Ultramarinas

Premiada em 7 exposições
4 estrangeiras e 3 nacionais

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA

MISSAL ROMANO

Em virtude de pedidos insistentes de pessoas amigas, resolveu a Casa Nun'Alvares criar um novo tipo de encadernação em percalina, de maior valor que aquela que temos apresentado.

O preço do Missal com esta encadernação será de 40$00. Manteremos porém o preço de 37$50 com a encadernação habitual.

PEQUENO MISSAL

Do mesmo modo, passa a haver um novo tipo de encadernação em percalina ao preço de 20$00, mantendo-se porém o tipo de encadernação de 18$00.

Mantêm-se os outros tipos de encadernação em pele e em chagrim, aos mesmos preços.

Depositária:

CASA NUN'ALVARES

GOUVEIA — Portugal

C. SANTOS

LANIFÍCIOS

Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero. Seminaristas, Colegiais, etc.

Qualidades para todos os preços. Exclusivos — Secção de cachecois e lanifícios de côr

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

OURIVESARIA ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e estrangeiro

As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do culto católico

Rua das Flores, 191-211—Porto
Rua Garrett (Chiado,) 50-Lisboa



Se não vê...

Se não vê bem será bom consultar um especialista.
Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

A L T A
qualidade
a baixos
P R E Ç O S

HORÓPTICA, LDA

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27 — LISBOA

RUA INFANTE D. HENRIQUE
PORTO

ROSSIO, 93 2.º
LISBOA

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto



Compre todos os vossos

ARTIGOS PARA DESPORTO

na **CASA SÓRIOS**

A casa que lhe recomendamos porque é a que mais barato vende. A CASA SORIOS é como sabem em Lisboa, e tem a sua sede na **Rua dos Anjos, 18-B** (junto à entrada do Cinema Lis), com o telefone 84 58 35

Se necessitar comprar . . . **Não esqueça!**

Consulte a **CASA SÓRIOS**

PREÇOS ESPECIAIS PARA OS SEMINÁRIOS E CASAS DE FORMAÇÃO RELIGIOSAS



ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

Vaticano

CASA RUVINA Rua Formosa, 173 — PORTO

Número Especial

Temos ainda na nossa redacção
alguns exemplares do número Especial
que se vendem ao preço de **10$00.**



Novellæ Olivarum
apresenta
duas iniciativas:

I-MISTÉRIO DO SENHOR NO ADVENTO

quatro celebrações, com base na leitura e meditação da Sagrada Escritura, e no canto dos salmos em vernáculo, separata do seu número 129, com introdução explicativa mais desenvolvida, para ajudar a melhor viver o Advento; cada 1\$80

Desconto em quantidade

II-FICHAS MUSICAIS

Selecção de cânticos, populares e outros, em fichas de cartolina de 18×12,5 preenchidos de ambos os lados, devidamente seriadas, em ordem a ajudar a preencher a grande lacuna que tanto se faz sentir no campo da música religiosa, sobretudo popular e que, segundo as recentes normas de S. S. Pio XII, na sua encíclica "*Musicae Sacrae*", nos deve merecer a maior atenção. As primeiras fichas são preenchidas com cânticos do Advento e do Natal. cada 1\$25

Pedidos à revista "Novellae Olivarum"
Seminário dos Olivais

A contribuição que a Hierarquia e a que os fiéis dão à liturgia não se adiciona como duas quantidades separadas, mas representam a colaboração de membros de um mesmo organismo, que age como um só ser vivo.

Os pastores e o rebanho, a Igreja que ensina e a Igreja que é ensinada formam um só e único corpo de Cristo.

Não há pois razão alguma para alimentar desconfiança, rivalidades, oposições abertas ou latentes, quer nos pensamentos, quer na maneira de falar ou de agir. Entre os membros, de um mesmo corpo, deve reinar, antes de mais, a concórdia, a união, a colaboração. É nesta unidade, que a Igreja ora, oferece, se santifica e pode, portanto, afirmar-se com justa razão que a Liturgia é obra da *Igreja inteira.*

PIO XII

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO - REI «OLIVAIS»